

068ª SESSÃO ORDINÁRIA 14JUL2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra.

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 1ª a 37ª Sessões Ordinárias; da 1ª a 18ª Sessões Solenes; das 1ª e 2ª Sessões Extraordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Passamos à

PAUTA

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, há dois projetos em 1ª Sessão de Pauta, ingressando na Casa para discussão neste plenário. O primeiro é da nossa suplente Ver.^a Pérola Sampaio, que assumiu na nossa bancada na Semana da Consciência Negra e apresentou o PLL nº 032/15 estabelecendo cotas raciais na Prefeitura de Porto Alegre na Administração Direta ou Indireta. Este projeto já está inserido na cultura brasileira.

Eu não poderia deixar, neste momento, prezado Tarciso, de dialogar sobre este projeto. V. Exa, junto com o Ver. Cleiton, representam aqui, com toda a potência, a raça negra, os descendentes afro-brasileiros. Precisamos, cada vez mais, construir políticas de

reparação no País, porque o fato de em 1888 ser assinada a chamada Lei Áurea, não resolveu. Aquilo ali foi um ato político simbólico que simplesmente estabeleceu que os escravos estavam livres, mas sem casa, sem terra, sem trabalho e sem direitos. Esta desigualdade vem na nossa sociedade ao longo dos anos. Portanto, toda e qualquer política de reparação tem de ser tratada e bem analisada. Nesse sentido, cumprimentamos aqui a Ver.^a Pérola Negra que, na Semana da Consciência Negra do ano passado, em novembro, a nossa Bancada se licenciou para que todos os Vereadores suplentes negros assumissem e a Semana da Consciência Negra existe graças a um outro negro revolucionário, que foi o poeta Oliveira Silveira, de Rosário do Sul, que lutou e constituiu a Semana Nacional da Consciência Negra. Temos o prazer de ter apresentado aqui nesta Casa o projeto de lei aprovado para que possamos erguer, no Largo Zumbi dos Palmares, uma homenagem, um monumento a esse líder negro que foi Oliveira Silveira, que conduziu a construção da Semana da Consciência Negra. Não poderia deixar aqui, em nome da nossa Bancada – Ver. Adeli Sell, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver.^a Sofia Cavedon –, e acredito que em nome de todos os democratas deste País, uma homenagem a nossa valorosa ex-Ministra Luiza de Bairros, que faleceu e que neste momento está saindo da Assembléia Legislativa um cortejo para fazer o seu enterro em Porto Alegre. A Ministra Luiza de Bairros foi a Ministra da luta racial, a Ministra que lutou e assumiu esse posto, a porto-alegrense, a gaúcha, esse posto de renome no contexto nacional. Estamos aqui com a Ver.^a Pérola Negra apresentando essa proposta para que todos nós possamos analisar, e o faço desta fala, em função deste projeto, uma homenagem, Ver.^a Jussara Cony, à nossa ex-Ministra Luiza de Bairros, que neste momento sai o seu cortejo fúnebre, da Assembléia Legislativa, como mais uma das mulheres gaúchas, das grandes mulheres gaúchas lutadoras, como temos muitas aqui na nossa Câmara, Vereadoras ou auxiliares que trabalham conosco e dão essa sustentação. Diante disso, eu também faço uma homenagem a todas as mulheres negras que trabalham nesta Câmara na pessoa da nossa funcionária Verinha, que trabalha aqui o dia todo, junto com as demais componentes. Que sejam todas homenageadas através deste projeto e de toda energia, da experiência e da história que Luiza de Bairros escreveu na cultura brasileira e na cultura gaúcha. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que nos assistem, eu não poderia, Ver. Eng^o Comassetto, deixar de vir aqui e cumprimentar V. Exa. Vejo nas galerias muitos representantes afro, assim como eu, e quero lembrar que sempre bati nessa tecla da migalha. Nós negros não queremos as migalhas. Nós queremos os nossos direitos, pois nossos antepassados foram os grandes fundadores deste País. Foi-nos dada a liberdade, mas que liberdade é essa, como dizia o Ver. Eng^o Comassetto? Que liberdade é essa? A liberdade que nós queremos, além de sermos livres, é a educação, e não tivemos isso, foi tudo um faz de conta. Então, na Semana da Consciência Negra que possamos refletir e discutir sobre isso. Foi uma luta muito desigual daqueles que chegaram neste País vindos da raiz África. Muito desigual. Eu venho lutando pelo Museu do Negro desde 2012, para contar a história do negro aqui no Rio Grande do Sul. Não poderia ser melhor, Ver. Eng^o Comassetto, se fosse ali perto do Zumbi. Um museu para narrar a história verdadeira do negro, porque fizeram uma história totalmente por caminhos errados. O negro foi sempre marginalizado, porque quando ganha a liberdade, não tem educação, e a educação é tudo na vida. Falo isso olhando para trás e vendo meu pai, um grande maquinista que puxava minério de Minas Gerais para a cidade do aço para construir este País, e não tinha estudo, mal sabia escrever seu nome, porque não teve a chance, lá no início, de seus pais terem educação. Isso me magoa muito e me machuca muito, mas mesmo assim ele dizia para mim: “Não desiste!”. Eu nunca desisti, na minha vida, de buscar meus sonhos. Sou um cara muito grato por ter realizado esses sonhos aqui no Rio Grande do Sul, um Estado que me deu a grande chance de realizar aquele sonho de criança lá de Minas Gerais. Por isso sou muito grato, por isso quero fazer alguma coisa que marque a nossa história, a história do negro, não só no Rio Grande do Sul, mas neste País, porque nos deram a liberdade, mas que liberdade é essa? Nos tiraram as correntes, que corrente é essa? E aquela corrente que está lá no coração? Essa corrente não foi tirada, essa chance não foi nos dada. Chega dessa distração tão grande na nossa história. Acho que chegou o momento de começarmos a mostrar quem foram os nossos antepassados dentro deste País, o porquê dessa nossa cor. Eu me orgulho de ser negro, por isso meu apelido é Tarciso Flecha

pág. 3

Negra. Eu me orgulho dessa raça, me orgulho da minha família, que me ensinou, me deu o caminho e me fez um cidadão equilibrado. Eu falo isso com mágoa, não com raiva. Nós não queremos migalha. Foi dada a liberdade, mas foi mentira que tiraram as correntes... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Nos tiraram as correntes, mas foi uma mentira. Porque a corrente mesmo é aquela que está lá no coração, é aquela que nós olhamos para os nossos filhos, para os nossos netos, sentimos orgulho de ser o que somos e sentimos orgulho de estar neste País maravilhoso. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra em Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Vereadores e Vereadoras, principalmente, meus colegas de oposição, das Bancadas do PT e do PSOL, destacando o Líder do PSOL, a Ver.^a Fernanda Melchionna, e a Líder do PT, a Ver.^a Sofia Cavedon. Eu venho a esta tribuna, neste tempo Liderança de oposição, possivelmente, tendo que usar o meu tempo de Líder do PCdoB, porque hoje, Sr. Presidente, eu tenho a honra de passar a Liderança de oposição para a Bancada do PT. Termina, dentro do nosso acordo, o meu tempo de Líder de oposição nesta Casa. Então, eu quero começar agradecendo a Casa como um todo, de uma forma muito particular aos meus colegas, homens e mulheres dos partidos de oposição. Tive a honra de ter sido Líder neste último período de um ano. Quero dizer que foram aprendizados na construção da unidade com respeito às nossas diferenças. Para mim, estratégias importantes só somam à luta política que exerço desde os meus 14 anos de idade, no movimento secundarista. Então, aprendizados na construção dessa unidade, com respeito às nossas diferenças, PCdoB, PSOL e PT, e essa unidade tem sido colocada a favor de relações políticas democráticas, no âmbito da Câmara Municipal e com os seguimentos organizados da sociedade de Porto Alegre. Acho que não houve um momento em que não tivéssemos essa unidade para, enfim, exercermos a política no patamar que o povo de Porto Alegre merece. Quero saudar a todos os partidos desta Casa, e, de modo especial às lideranças de Governo. Primeiro, quando foi o Ver. Ferronato, tendo como Vice-Líder o Ver. Pujol, e, na

pág. 4

sequência, com o Ver. Kevin Krieger, tendo também como Vice-Líder o Ver. Pujol, com os quais, mesmo em tempos políticos diferentes, evoluímos em questões importantes para a cidade de Porto Alegre. Conseguir o exercício cotidiano do diálogo, numa Casa plural como esta, é pressuposto, para mim, da democracia. Assim como é pressuposto da democracia nós fazermos o diálogo, firmando posições políticas e ideológicas diferenciadas. E isso, em unidade de oposição, nós conseguimos fazer. Ser Líder de uma oposição minoritária e também, em nossa unidade, ter conseguido exercer - no meu caso, com o PCdoB, junto com os colegas do PT e do PSOL - a crítica, que tem parâmetro a garantia de direitos, é um aprendizado importante para todos nós. Dos direitos, antes de mais nada, dos servidores municipais e, do povo de Porto Alegre, ou seja, o direito dos trabalhadores e a garantia de políticas públicas se materializando no cotidiano da vida das pessoas. Porque nós entendemos como dever de toda a gestão de um Município, no que tange aos servidores, e hoje no que tange aos servidores em relação à gestão de Porto Alegre, que há que inverter a lógica de favorecimento de setores do serviço público, a saber, por exemplo, a Procuradoria e a Fazenda, que se colocaram, na gestão de Porto Alegre, em detrimento da grande massa de trabalhadores municipais, principalmente, na educação, na saúde, na segurança e de todos aqueles que estão ligados, de uma forma e de outra, a uma reforma urbana na cidade de Porto Alegre, por onde passam elementos decisivos da garantia de cidadania como na reforma urbana. Saímos da 6ª Conferência: regularização fundiária, mobilidade urbana, habitação, saneamento, equipamentos sociais em torno dessas habitações, como creches, escolas, postos de saúde, postos de segurança pública. E o próprio respeito ao Estatuto da Cidade nos seus quesitos da função social da terra, da propriedade e no controle social. Nesta Casa, nós enviamos - não foi apenas esta Vereadora do PCdoB, mas com o apoio da oposição - um encaminhamento, ao Município, da criação, por força do Estatuto da Cidade, do Conselho Municipal da Cidade e, até hoje, não tivemos resposta. É importante que nós, como oposição, firmemos isso aqui, que faz parte do cotidiano dos nossos partidos, da nossa luta. Quero destacar a luta da oposição nesta Casa em decisivos momentos para o povo de Porto Alegre e suas conquistas: o enfrentamento a todas as discriminações relativas aos direitos humanos – que se expressam, por exemplo, no Plano Municipal de Educação –, a questão de gênero e diversidade, o direito à saúde nas ocupações, a criminalização dos movimentos sociais da cidade de Porto Alegre, o direito dos

trabalhadores municipais. Quero destacar a contribuição da oposição à gestão, por exemplo, à luta pela correção do efeito cascata, pela reposição salarial e por tantas outras demandas da pauta de negociação da data-base dos municipais, e à qualidade dos serviços públicos.

Permitam-me, também, senhores, a partir desse item anterior, destacar o significado das mulheres e o poder político: somos três mulheres líderes dos partidos de oposição. Fernanda Melchionna, do PSOL; Sofia Cavedon, do PT; e eu, Jussara Cony, do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Quero dizer que, a par de estar fazendo esse rito de passagem de liderança de oposição para a Bancada do PT, o farei para uma mulher. Isso é uma honra para a luta das mulheres e dos homens que conosco se perfilam pela emancipação. Faço essa ligação para destacar o desempenho de nós três – a Fernanda, a Sofia e eu – em todas as decisivas etapas das lutas dos trabalhadores do Município de Porto Alegre. Como liderança dos nossos partidos, membros que somos, as três, da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos de Qualidade, quero também destacar a criação, a partir das mulheres, da Procuradoria da Mulher, que ainda é dirigida pela Ver.^a Sofia, e firmar a convicção de que as lutas emancipatórias das mulheres em todos os espaços, e inclusive o significado dessa luta num espaço institucional, como uma Câmara Municipal, é decisiva para a emancipação de todos os trabalhadores e trabalhadoras na construção de uma sociedade que queremos e temos lutado aqui nesta Casa e nas ruas, todas nós – estou falando em nós, mulheres da oposição –, para que a emancipação seja a medida da emancipação da sociedade. Também quero destacar, finalizando, a nossa unidade maior, das Bancadas do PCdoB, do PT e do PSOL: a luta perene por liberdades democráticas. Essa é uma luta que nós firmamos nesse tempo histórico, nesta Casa. Podemos até ter diferenciações na compreensão desse momento, mas nós firmamos aqui, em unidade, a luta pelas liberdades democráticas, porque sabemos, Ver.^a Fernanda e Ver.^a Sofia, do significado da retirada da democracia, principalmente para as mulheres.

Então eu quero fazer esse destaque, como Líder de oposição, junto com os Vereadores e Vereadoras das nossas Bancadas, citando também os Vereadores homens, tanto da Bancada do PSOL quanto da Bancada do PT, de todo o nosso empenho nesse período em que nós vivenciamos. Na retirada, no golpe à democracia deste País, nós nos forjamos ainda mais para enfrentarmos qualquer retrocesso antidemocrático que vivenciamos no País e que queremos reverter, porque o retrocesso democrático traz graves consequências para a nossa Cidade, para as cidades de todo o País, para o País como um todo.

Esta Câmara tem história pela democracia. Eu mesma fiz parte desta Câmara, há 34 anos, em pleno momento da ditadura militar. Esta Câmara tem uma história ao longo do processo da sua relação com o povo de Porto Alegre. Cada vez que a luta por essas liberdades democráticas aflora na sociedade, a Câmara tem que ser linha de frente, pela sua história. Porto Alegre, com o seu povo, é artífice de lutas importantíssimas pela democracia. Nesta Cidade, criou-se uma referência para o mundo inteiro de Orçamento Partitivo; esta Cidade foi sede do primeiro Fórum Social Mundial e dos demais, consequentes. Então esse exercício da democracia, eu creio que talvez seja o ponto de maior unidade que nós tivemos aqui, porque se exerce democracia nas diferenças, também, quando se sabe unificar em torno de questões de fundo e estratégicas para uma Nação. Então, ao nos situarmos e lutarmos pela garantia da democracia, a certeza, como Líder que fui, de que me honraram os meus colegas – e eu agradeço muito aos colegas da oposição e a todos os colegas da Casa –, e a certeza de que aqui se expressa a nossa maior unidade.

Eu tenho a honra de, neste momento, passar a Liderança da Bancada de oposição nesta Casa para a minha colega do PT, Ver.^a Sofia Cavedon. Nós tivemos uma articulação política e o PSOL, o PT, o PCdoB exerceram e agora, até o fim desta Legislatura, volta o PT. Então, Ver.^a Sofia Cavedon, saio desta tribuna e me dirijo a V. Exa. para lhe dar, junto com os demais Vereadores, um abraço à Liderança de oposição nesta Casa. Vocês muito me honraram neste último ano. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. KEVIN KRIEGER: Sr. Presidente, demais Vereadores, Vereadoras, Ver.^a Jussara, não poderia deixar de vir à tribuna e lhe dizer algumas palavras pela parceria de mais de um ano, apesar de ser Liderança de oposição e eu estar na Liderança do Governo. Ao longo deste ano e meio, trabalhamos nesta Casa e tivemos muitos embates, muitos debates, muitas discussões, mas sempre mantendo o alto nível do debate político com todas as divergências ideológicas que temos, mas sempre procurando manter todo o respeito entre oposição e situação. Tive a satisfação de conhecê-la melhor, porque muitas vezes as pessoas não têm a dimensão do quanto trabalhamos na articulação para fazer com que as coisas aconteçam. Poderia citar, principalmente em relação aos servidores públicos municipais. Também sei, que junto com o Ver. Fortunati, quando era Líder do Governo, da mesma forma foi trabalhado isso para que nós, juntos, nesta Casa, muitas vezes fomos o fiel da balança nas articulações, na construção e no retorno, muitas vezes, dos servidores, quando estavam em greve. Esta Casa trabalhou muito no efeito cascata, talvez poucos saibam o quanto, Ver. Cassio, Presidente desta Casa, nós trabalhamos para que o efeito cascata, o projeto de lei do Município viesse para esta Casa, e este ano, vencido, inclusive, pela Procuradoria-Geral do Município, venceu essa batalha. Entre tantas outras, quero salientar o quanto nós procuramos trabalhar também na liderança do Governo, junto a todos os nossos Vereadores da base, procurando, sim, quando os projetos que o Governo achou que fossem bons para a Cidade, independente de ser da oposição ou da situação, nós trabalhamos para aprovar. E conversamos sempre com muita calma, muita tranquilidade, e sempre no cumprimento dos acordos políticos, que eu acho ser uma das coisas mais importantes na nossa vida pública e política: os acordos políticos serem cumpridos. Nesta Casa nós fazemos isso diariamente e fazemos isso em cima de projetos, leis que servirão para a Cidade, e servirão para as pessoas, esta é a nossa finalidade.

Então, o nosso carinho da base do Governo, o nosso respeito a tua pessoa, e claro, eu quero transmitir isso a toda oposição: nós temos muitas divergências, mas tivemos este ano algumas convergências, e, sem dúvida nenhuma, nós continuaremos trabalhando da mesma forma, agora com a chegada na Liderança da oposição, da Vereadora Sofia. Mais uma vez nos coloco à disposição, sempre no alto nível do debate da política pública que nós procuramos fazer ao longo deste Governo, primeiramente, com o Ver. Ferronato na

Liderança do Governo, depois, quando assumi a Liderança de Governo. Sucesso e contem sempre conosco, dentro das nossas possibilidades políticas e ideológicas estaremos sempre trabalhando pelo melhor para a Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; prezados cidadãos e cidadãs que nos acompanham neste momento aqui na Casa e na TV, que está ao vivo; queridos Vereadores de oposição nesta Casa, Ver. Marcelo, Ver.^a Fernanda, Ver. Prof. Alex, Ver.^a Jussara, Ver. Comassetto, Ver. Adeli Sell, assumo, neste momento, esta responsabilidade, que é uma responsabilidade coletiva, sim, que a Ver.^a Jussara acaba de cumprir, de responder pela Liderança de oposição. Isso é fruto de uma construção que fizemos, os três partidos – PCdoB, PT e PSOL –, que estão na oposição a este Governo há já alguns mandatos, que procuram construir de forma combativa e propositiva uma atuação conjunta nesta Casa, fundamentalmente representando as demandas populares que não têm a escuta suficiente junto ao Governo Municipal ou que não têm sua voz respeitada e ouvida nas decisões deste Parlamento. É nessa dimensão que quero parabenizar a Ver.^a Jussara Cony, agradecer a sua atuação pela capacidade incansável de luta, de presença nos movimentos, de articulação com a oposição, de articulação com a situação dentro deste Plenário, nas reuniões de Lideranças, nos diálogos com o Governo. A Ver.^a Jussara também nos honra muito por neste ano termos iniciado, sem nenhum desprestígio aos Vereadores nos seus mandatos, Vereadores homens da Casa, que são, sim, construtores da libertação das mulheres, Ver. Marcelo, Ver. Comassetto, Ver. Adeli, e Ver. Prof. Alex também. Mas o fato, a coincidência de duas mulheres estarem nas Lideranças, é um evento, é um encorajamento para a luta das mulheres, que são tão poucas na política, tão mal representadas nos Parlamentos por um sistema político-eleitoral que ainda centra, sim, nos homens e homens brancos, de classe média/alta empresarial, que é o perfil da maioria do Parlamento Federal e que, de alguma maneira, se reproduz em todos os parlamentos do País; por um sistema político uninominal, fundamentalmente influenciado pelo poder econômico, que começa a mudar,

pág. 9

mas está muito longe de alterar o seu perfil. Ora, as mulheres não estão na política por isso, mas também por uma cultura machista e sexista. Sexista no sentido de que à mulher é destinado o papel de casa, da reprodução da vida, do cuidado com os filhos, com a família e com os pais e, inclusive, com avós. Todo esse tempo, Ver.^a Lourdes, tomado por isso que a sociedade cobra e encaminha, retirando-a do debate público. Isso é uma perda muito grande para a sociedade; estão aí os índices de violência contra a mulher para demonstrar.

Eu assumo a Liderança com muita humildade, num grande esforço de representar as nossas diferenças, nuances, unidades e diferentes tons que temos – os três Partidos – para compreender a Cidade e a conjuntura do País, num momento em que entraremos em campanha eleitoral, na qual também temos representações diversas. Mas o que nos une, e termino este último minuto Ver.^a Fernanda, Ver. Prof. Alex, Ver.^a Jussara, Ver. Marcelo e Ver. Adeli, pontuando alguns temas em que eu sei que temos absoluta unidade: toda a nossa oposição aqui fez o combate ao modelo de Cidade que está aí durante todos esses anos e é um modelo onde há mais valia da terra, a terra vale mais para a especulação que para o direito de morar. E nós combatemos isso em todas as votações, em todos os debates. É um modelo de Cidade no qual os espaços públicos estão sendo privatizados, comercializados a serviço do negócio e não a serviço da alegria pública, dos movimentos, da juventude, da arte e da cultura. O que nos une, no funcionalismo, no uso do recurso público é o combate ao modelo que privilegia castas de funcionários, altos salários em detrimento da valorização do conjunto do funcionalismo; contra a exploração através da terceirização. Por fim, o que nos unifica, nesta oposição, é a denúncia e o combate ao modelo de democracia que usurpa a soberania popular; uma democracia que, de fato, não respeita as decisões das grandes audiências públicas, das consultas populares e do próprio Orçamento Participativo. Para nós democracia tem que ser a radicalização do poder popular. Eu sei que esses pontos e outros tantos unificam a oposição nesta Casa e com esses parâmetros eu vou ocupar este espaço por alguns meses, e quero honrar a força, a densidade, a complexidade e a riqueza de cada mandato que compõe os nossos partidos. Muito obrigada e um bom trabalho para todos nós.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Queria cumprimentar não só os Vereadores, mas todos que nos acompanham na tarde de hoje. Temos representações, população da nossa Cidade, a visita guiada das escolas, então quero cumprimentar e desejar que sejam muito bem-vindos. Quero ser rápida na Liderança do PSOL, Ver. Alex, mas não podia deixar, Ver.^a Jussara, de fazer o nosso registro. O nosso registro à nossa Líder, Ver.^a Jussara Cony, que esteve até hoje como Líder da oposição aqui na Câmara Municipal. Este momento de transição em que a Ver.^a Sofia assume a Liderança da oposição, é também o momento de fazermos um balanço desses meses todos em que atuamos com esta unidade com relação à atuação no Parlamento Municipal. Foram muitas lutas, muitas críticas a projetos do Governo; alguns momentos nos marcaram sobremaneira. De minha parte, quero registrar, Ver.^a Jussara Cony, a derrubada do Veto das AEISs que nós, aqui nesta Câmara, conseguimos um fato que é muito difícil com o movimento popular, que lutava em defesa de um projeto de minha autoria e do Ver. Pedro Ruas, mas que foi construído com os movimentos sociais. A regularização e a gravação como Área de Interesse Social de 14 áreas no nosso Plano Diretor, e que o Governo vetou e que fizemos uma operação em conjunto pela derrubada do Veto. Conseguimos 19 votos, que é muito além da representação numérica das nossas Bancadas no Parlamento, muito embora a gente saiba que, muitas vezes, as maiorias internas são as minorias no que diz respeito às demandas da população, porque muitas vezes o Parlamento vota de costas para os interesses populares. Lamentavelmente, nós vimos isso em outros projetos importantes que foram vetados; nós vemos em muitos projetos que tratam os bens municipais como uma verdadeira imobiliária, colocando a leilão ao invés de fazer políticas de habitação social; projetos que muitas vezes seguem fortalecendo uma lógica de ataque aos direitos sociais ou de não avançar naquilo que é verdadeiramente importante para a população, e, nesse caso específico, nós tivemos essa atuação.

Eu quero lhe cumprimentar e dizer que nós soubemos, na tua Liderança, com todas as diferenças que nós tivemos em relação ao Governo Federal – nós, do PSOL, sempre fomos oposição aos governos do PT em função das traições de classe feitas ao longo

dessa história, o Governo com o PMDB –, que a Vereadora sempre soube respeitar as nossas diferenças e as unidades, como, por exemplo, a luta contra o *impeachment*. Nós achávamos que esse *impeachment* era uma manobra parlamentar para parar com as investigações da Lava Jato, um verdadeiro golpe parlamentar para tentar reacomodar o andar de cima, atacando os direitos sociais e populares. Agora, os ajustes propostos pelo Temer, aprofundando aquilo que foi anunciado pela Dilma, são um verdadeiro ataque à classe trabalhadora organizada. A questão da reforma da previdência, a tentativa de mexer na CLT, ou mesmo o descalabro de vincular o aumento dos investimentos nas áreas sociais à questão de arrochar, aumentando a desvinculação da Receita da União e, ao mesmo tempo, condicionando o aumento das verbas para saúde, para educação, para assistência, a índices que, na verdade, promovem um arrocho em 20 anos, brutais, sobre as nossas áreas sociais brasileiras, precisam, sim, ter a unidade nos movimentos e a unidade de luta contra esses ataques. Também a ocasião em que nós estivemos, lá nos Lanceiros Negros, com a Ver.^a Jussara, que já tem mais de 70 anos, desde a madrugada lutando contra uma ação injusta e ilegal do Governo Sartori, tentando atacar o direito de luta da população que defende a habitação social. São vários temas que nós poderíamos abordar, mas eu queria registrar esse momento, a liderança democrática, o respeito às diferenças da nossa querida Ver.^a Jussara Cony, e desejar à Ver.^a Sofia uma boa representação na Liderança de oposição dos nossos Partidos, para garantir uma opinião crítica que busca a fiscalização permanente dos recursos públicos; que busca a investigação do dinheiro que foi, literalmente, para o bueiro, no caso do DEP, quando foram quase 20% dos recursos da terceirização nos ralos da corrupção; que busca, sim, uma fiscalização da utilização dos recursos públicos; mas que também sabe a necessidade de lutar por projetos que possam melhorar a vida do povo a partir de iniciativas, da atuação das Comissões, de frentes parlamentares. Então, eu quero desejar uma profícua Liderança de oposição à Ver.^a Sofia Cavedon, Liderança que já foi usada pelo nosso Pedro Ruas, que a Ver.^a Jussara acaba de entregar na tarde de hoje, e nós estimamos que também seja democrática, combativa, respeitando as diferenças, mas, ao mesmo tempo, pontuando as críticas que nós temos em comum. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registramos que estamos recebendo a visita orientada, no plenário, neste momento, de 22 crianças da Escola Infantil ABC Kids, acompanhadas da Diretora, Professora Lucélia, com os professores Ângela Abreu, Janaína Rios e Fernanda Silveira, e duas mães de alunos. A atividade faz parte da visita orientada do Projeto Educação para a Cidadania, desenvolvido pela nossa Seção de Memorial. Sejam muito bem-vindos. Uma salva de palmas para os nossos visitantes. (Palmas.) Obrigado pela visita.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; público que visita a nossa Câmara hoje – cumprimento vocês aqui defendendo o que acreditam –, eu vim aqui, primeiro, para cumprimentar a Ver.^a Sofia, que está assumindo a Liderança de oposição, e cumprimentar a Ver.^a Jussara Cony pelo tempo que exerceu a Liderança com altura, com sabedoria, com experiência. Espero que a Ver.^a Sofia continue trabalhando em alto nível, como V. Exa. sempre o fez, para que tenhamos grandes debates. Começo hoje cumprimentando a Bancada do DEM, que elegeu o Presidente da Câmara nesta madrugada, e também quero cumprimentar o PCdoB por ter apoiado o DEM nesta madrugada. O PT também apoiou. Eu acho que aquilo que o Presidente eleito discursou já começou a ser botado em prática, pois vi o PCdoB e muitos do PT – eu vi o Líder Florence – apoiarem o nosso Deputado do DEM. Eu acho que a Câmara de Deputados começou a ser um pouco desanuviada: se Deus quiser, o Cunha será tirado, se ele já não saiu agora há pouco. Ele deve ser banido mesmo, porque eu acho que, independente de partido, ladrão é ladrão! – não tem outro nome para dar a eles, e esses têm que ser tirados onde quer que eles estejam. Então, Ver. Nedel, era isto que eu queria fazer aqui: cumprimentar o eleito lá na Câmara de Deputados e os apoiadores também.

Também queria dizer que, neste último dia antes do recesso, nós temos alguns projetos com muita importância para serem votados, como esse das AEISs. Eu vejo aqui o nosso Dr. Carminatti, que está aqui para dar apoio se alguém tiver alguma dúvida. Cumprimentos, Carminatti, pelo seu trabalho no sentido de desenvolver a Cidade, de destrancar os projetos. O senhor tem sido uma pessoa muito importante neste Município no sentido de fazer com que as coisas andem. Minha saudação especial.

Quero dizer, Líder do Governo, Kevin Krieger, que neste semestre V. Exa. deu uma demonstração de liderança, não é comando, comandar é comandar, mas liderar é mais difícil. V. Exa. fez e está fazendo uma liderança, terminando hoje o semestre com louvor. Queria cumprimentá-lo publicamente por esse trabalho, juntamente com sua equipe. Quero dizer aos meus colegas Vereadores, que estão aqui nesta última tarde do primeiro semestre, que teremos ainda muitas tardes durante o ano, Ver. Eng^o Comassetto, vamos ter muitos assuntos para discutir. Imagino que esse projeto das AEISs, se votarmos hoje, será um importante projeto, esse, sim, ajuda as pessoas que precisam morar. Então contem sempre com o meu apoio quando for para ajudar a fazer casa popular, tratamento de esgoto, para levar água à casa das pessoas, o que for para ajudar as pessoas que mais precisam, pois esse é o verdadeiro dever do Poder Público, Municipal, Estadual ou Federal, contem sempre comigo, e tenho certeza de que contarão com a Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Então, neste momento de Liderança – nós vamos usar esta tribuna muitas vezes hoje –, como Líder do meu Partido, em nome da Ver.^a Lourdes Sprenger, do Ver. Valter Nagelstein, do Ver. Mendes Ribeiro, quero agradecer as demais Bancadas pela convivência, pelo apoio e pelo aprendizado que todos nós tivemos nesse primeiro trimestre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo; demais Vereadores, Vereadoras; público que nos assiste pela TVCâmara; colegas; público das galerias, em especial as crianças presentes. Eu fico muito contente de vê-las participando de um espaço do qual provavelmente se recordarão no futuro, que é o espaço político. É fundamental a sensibilidade das escolas, das organizações, que trazem as crianças para este tipo de espaço para estimulá-las para que no futuro possamos ter na política pessoas decentes, pessoas com valores e ideais para defender um mundo que ainda não vivemos, uma política que lamentavelmente ainda é absolutamente conservadora e tradicional, e

tentar ter uma esperança para que no futuro não seja essa mesma realidade, onde se avança muito pouco durante os anos.

Em especial, eu queria de forma muito carinhosa dar um abraço na colega Jussara Cony, subi à tribuna para isso, porque, além de uma colega de Bancada por um período, ela é uma pessoa muito especial pela forma de ser. A minha admiração por ela transcende as questões partidárias e políticas, eu poderia dizer, inclusive, que é uma admiração pessoal pela sua maneira de ver a vida, de tratar seus filhos, pela relação com a sua família, por tudo que representa dentro da sua família, pela referência que é para eles todos, pela maneira especial com que trata a todas as pessoas, pela forma como enxerga o mundo e pela sua energia. Você comentava que em 1984 estava nesta Casa e eu nasci em 1981. Então, para mim, é um prazer enorme poder ter a oportunidade histórica de ter passado pela Câmara de Vereadores como teu colega, em especial, assim como de outros Vereadores. Você, em todos os momentos, independente das questões, me tratou como alto respeito, assim como o seu Partido. E tenho uma admiração muito grande pela senhora que, seguramente, vai se manter pelo resto da minha vida.

Queria também falar do meu projeto, o PLL nº 085/16, que entrou em tramitação hoje, e pedir a sensibilidade das pessoas para escutá-lo, o qual parece radicalizado, mas na prática não é. Estou um pouco rouco por ter feito uma viagem em defesa da proteção animal e acabei estourando o ouvido com uma otite aguda. Este projeto que defendo é fundamental para quem tem um mínimo de sensibilidade com os animais. Ele estabelece penalidades aplicáveis em face de maus-tratos a animais.

Para vocês terem uma ideia, hoje, não há qualquer tipo de penalização a qualquer pessoa que comete maus-tratos à minha causa, à minha vida, a tudo que faço, que são os animais. Estou, inclusive, aqui dentro da Câmara fundamentalmente por eles e, lamentavelmente, por todos os assassinatos, estupros, atropelamentos, e foram centenas. Caso vocês queiram ver, tenho uma lista no meu gabinete para mostrar, foram centenas. Todos os dias que acontece isso, virá um arquivo assinado, simples e puramente, em que a pessoa se compromete e não faz nada. Cada pessoa pode acabar testemunhando um estupro, um tiro ou um atropelamento feito a um animal. E eu quero garantir para vocês que, em 100% dos atropelamentos de animais, as pessoas não os recolhem. Eu já resgatei animais com seis semanas, três meses, parados no mesmo local, apodrecendo vivos, com várias fraturas na bacia, e aquelas pessoas que os atropelaram não fazem

nada. E este não é um tema menor, porque esses animais não podem pedir ajuda, eles precisam diretamente da sensibilidade de cada um. Pois bem, a ideia de multa, de pagar um valor, isso e aquilo, não vale a pena, e vou explicar por que, nesse último minuto.

Se penalizarmos com uma multa de R\$ 200,00 um indivíduo que matou, estuprou ou atropelou um animal, vale a pena para ele, inclusive, pagar essa multa e não resgatar o animal, ou criar uma penalidade e não pegar o animal. Então eu proponho aqui neste projeto uma reclusão de cadeia, de seis a dez anos, para quem matar um animal. Tem que parar dentro da cadeia, a pessoa tem que sentir que isso é algo sério. Reclusão também para aqueles que abandonam animais de três a cinco anos, assim como para aqueles que promovem rinhas, há dezenas de rinhas, infelizmente, promovidas por pessoas com dinheiro, que gastam R\$ 5 mil ou R\$ 10 mil para colocar dois bichos para se pegarem até a morte. Uma reclusão de três a cinco anos. E eu peço que as pessoas falem desse projeto...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a Casa é testemunha de que, raramente, ocupo este espaço de Liderança, na medida em que, democraticamente, procuro abrir essa possibilidade aos meus demais companheiros de Bancada, especialmente ao Ver. Dr. Thiago, que é um dos mais atuantes Vereadores desta Casa, se não o mais atuante. Mas o dia de hoje impõe uma manifestação de nossa parte enquanto Líder dos Democratas nesta Casa há vários anos. Esta é, de certa forma, motivada por manifestações já realizadas anteriormente, muito especialmente a Liderança do PMDB, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, aqui na Casa exercida com muita eficiência pelo Ver. Idenir Cecchim. O Brasil todo viu ontem uma situação que aparentemente, sob o cálculo matemático, era impossível de ocorrer: o meu Partido, o Democratas, com 29 Deputados na Câmara dos Deputados, viu um dos seus Líderes, o Deputado Rodrigo Maia, ser eleito com 285 votos no segundo turno das eleições realizadas ontem para a Câmara de Deputados para substituição do Deputado Eduardo Cunha. Por razões óbvias que não vão ser objeto de consideração nesta hora.

Eu quero assinalar uma circunstância que me parece absolutamente relevante e, sobretudo, Ver. Villela, adequada para ser produzida nesta Casa, onde, por longos anos, fui o Vereador único dos Democratas, até vir a contar com a colaboração do Ver. Dinho do Grêmio e do Dr. Thiago. Ocorre, Sr. Presidente e Sr. Vereadores, que o meu partido, o Democratas, encolheu ao longo do tempo para buscar manter a coerência E, com essa coerência, ele foi homenageado, no dia de ontem, com a eleição do Deputado Rodrigo Maia, com votos que vão do PMDB ao Partido Comunista do Brasil, numa demonstração de respeito a uma postura que sempre procurou fazer uma oposição construtiva neste País, e o fez durante todo o período em que Partido dos Trabalhadores esteve no comando da Nação e ao mesmo tempo soube contribuir com o Governo quando assim chamado, mas fazê-lo com integridade e com independência. Isso nos fez pequeno no número, mas nos fez forte na qualidade da nossa atuação política. Seria falso modesto se dissesse que isso não tem sido outra senão a nossa postura nesta Casa, onde, ao longo do tempo, soubemos distinguir muito bem as nossas divergências doutrinárias e partidárias quando está em jogo o interesse público, e, evidentemente, assim temos nos comportado. Por isso, Sr. Presidente, faço este registro absolutamente tranquilo e sobremaneira satisfeito em verificar que a nossa respeitável atuação na vida pública brasileira, Ver. Dr. Thiago, mereceu, no dia de ontem, uma verdadeira consagração.

Eu até havia me disposto a vir à tribuna para homenagear, hoje, o Esporte Clube Cruzeiro, que, há 103 anos, é a terceira opção dentro da vida clubística do Município de Porto Alegre e que, de certa forma, se ajusta com esta minha manifestação, pois o Cruzeiro, apesar de pequenino, é respeitado por todos nós como uma das belas tradições. E é para fazer esta homenagem aos pequenos, porém fortes, aos pequenos, porém consistentes, que eu venho à tribuna.

Mesmo encolhidos na nossa pequenez, recebemos ontem uma homenagem da Nação, fazendo do Rodrigo Maia um Vice-Presidente da República. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara; saúdo especialmente as crianças que hoje aqui acompanham os trabalhos da nossa Sessão Ordinária de quinta-feira e, também, a comunidade de um modo geral, que vem reivindicar a aprovação do projeto de lei de iniciativa do Ver. Pujol, que trata das propagandas de *outdoor*, *busdoor*, enfim, das propagandas que dizem respeito ao mobiliário urbano.

Eu pedi este tempo de Liderança, Presidente, porque, findos os trabalhos do primeiro semestre, entendi oportuno que, em nome da presidência da Comissão de Constituição e Justiça - saúdo aqui o meu amigo Ludovino Todeschini, que é liderança do setor econômico gráfico, que também abrilhanta os trabalhos da nossa Sessão -, que é formada por este Vereador, pelo Ver. Cláudio Janta - Vice-Presidente -, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Mauro Zacher, Ver. Rodrigo Maroni, Ver. Valter Nagelstein e Ver. Waldir Canal, e nos meses de janeiro, fevereiro e março estiveram trabalhando conosco também os Vereadores Mendes Ribeiro e Nereu D'Avila.

Acho que é importante que a população saiba o volume de trabalho da CCJ, que é a primeira Comissão que avalia a existência ou não de vício de origem nas iniciativas dos projetos, tanto do Executivo quanto do Legislativo, dos Vereadores que compõem esta Casa. No total foram 23 reuniões ordinárias. Na realidade, as ordinárias são as que ocorrem nas terças-feiras, porque a nossa reunião é semanal, também incluindo aqui a primeira reunião que foi a de eleição e instalação.

Além disso, a CCJ coordena as Reuniões Conjuntas das Comissões, quando requeridas, para apreciação de urgência na tramitação de projetos de lei, que foram oito reuniões.

Portanto, tivemos um trabalho extraplenário de 23 reuniões, onde foram apreciados 228 pareceres. O que nos traz uma média de dez pareceres por reunião, tendo em vista que além dos pareceres a projetos, nós apreciamos também 17 vetos, sendo dez vetos parciais e sete vetos totais. Nas oito reuniões conjuntas das comissões, as quais foram presididas pela Comissão de Constituição e Justiça, foram apreciados 14 relatórios, das mais diversas iniciativas, dentre elas projetos de decreto legislativo, projetos de emenda à Lei Orgânica, projetos de lei complementar do Executivo, projetos de lei complementar do Legislativo, projetos de lei do Executivo e do Legislativo – projetos simples, que não de lei complementar – e projetos de resolução, totalizando 266 iniciativas.

Acho que para um balanço de primeiro semestre, Ver. Cláudio Janta, nosso Vice-Presidente, a gente traz aqui à população uma prestação de contas do resumo daquilo que temos feito, além, obviamente, de assuntos que por vezes são observados pelos Vereadores que compõem a Comissão, onde são requeridas reuniões extraordinárias, mas que ocorrem junto da pauta das ordinárias, como é o caso do amarelo piscante do Ver. Bernardino Vendruscolo, como é o caso do Código de Edificações do Ver. Cassio Trogildo, das últimas duas reuniões, e tantas outras reuniões que foram requeridas, uma série de pedidos de diligência, pedidos de esclarecimento, encaminhamento, enfim, inclusive questões do ponto de vista de enfrentamento de opiniões entre Vereadores que acabam por ser submetidas ao julgamento da CCJ, o que entendo relevante porque hoje é o último dia de trabalhos antes do nosso recesso. Retornamos em agosto, mas fica então este breve relatório. Agradeço, sobremaneira, mais uma vez, aos integrantes da Comissão e tenho a certeza de que estamos no rumo certo, com a convicção de que o nosso dever neste primeiro semestre foi cumprido. Pela atenção de todos o meu muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero ver se na minha fala, ainda que não possa em Pauta fazer referência, mas vou explicar em tempo o que é o amarelo piscante para não ter problema algum. Vou voltar às questões que dizem respeito à Pauta e o Ver. Rodrigo Maroni tem sido o meu preferido. Nós não temos nada pessoal, mas entendo que nós, Vereadores, temos um compromisso com esta Casa e com a sociedade sobre esclarecer que tipo de projeto é de competência dos Vereadores. Aqui não quero fazer crítica às questões de mérito, como diz o Vereador que quer castrar e hoje falou em prisão de não sei quantos anos para quem maltratar animais. Essas questões são questões do Código de Processo Penal e da Constituição Federal. Por favor, vamos nos organizar. Só para frisar, o Vereador, num primeiro momento, quer dar um dia de folga para funcionário público que perde um animal de estimação; depois ele quer obrigar as famílias a adotar um gato ou um cachorro;

pág. 19

depois ele quer botar uma coleira nos estupradores e assassinos de animais. Eu até queria adendar e colocar para seres humanos também, já que tem competência. Quer cemitério público para cachorro, está bom; quer coibir a poda de cauda, a caudectomia, que eu nem sabia o que é, pois sou lá de Iraí. Está bom! Depois ele quer obrigar os Vereadores a trabalharem de graça um dia por mês. Mas o que é isso? Seis horas? Como não vou estar aqui na Legislatura que vem, eu até acho que os Vereadores não vão ficar chateados, quero espichar um pouquinho mais, tem uns que têm folga, nem todos, mas uns têm. Depois o Vereador quer custeio para compra de mil casinhas para abrigo de cachorro de rua. Quero propor aqui um puxadinho para as pessoas de rua, esses que estão morando embaixo das pontes, que não tem jeito de erguer, de resolver. Acho que seres humanos merecem ter tratamento digno, o que estou fazendo aqui é uma certa crítica, porque é muito fácil propor aquilo que nós não temos competência para propor. Até acho que o Vereador vai ser eleito prefeito, porque do jeito que está aqui, vai fazer milhares de votos e vai se eleger prefeito. Depois ele quer que cada escola pública tenha dez cachorros; quer castração química de estupradores - eu acho que tem que castrar seres humanos também... Ah, mas é para seres humanos, eu já estou viajando aqui, é tanto projeto! E agora ele quer - e aí está tocando no meu bolso - que todos os donos de animais, protetores, tutores, coloquem uma coleira reflexiva nos cachorros. Como eu tenho São Bernardo e Fila, que têm um pescoço deste tamanho, vou pedir para o Vereador fazer uma emenda para eu conseguir um desconto, porque é muito cara. Agora mesmo tenho um compromisso em Canoas hoje à tarde, não vou poder ir, certamente vamos ficar envolvidos com estes e outros assuntos. Mas quero dizer, Ver. Maroni, que não é absolutamente nada pessoal, mas uma questão de ponto de vista técnico. É técnico! Mas, o Vereador é um defensor dos animais e tem mérito no sentido de defender essas questões, não é propor leis - é esta a minha diferença, a minha dificuldade. Sobre o amarelo piscante, Ver. Márcio Bins Ely.....

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Bernardino Vendruscolo prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Precisamos entender que quando o assunto é de Pauta, temos que tratar do que está tramitando, evidentemente, em Pauta. Então, vou

tratar de projeto que já tramita nesta Casa, que, por questões que não sei, sentaram, rolaram, dormiram em cima do meu projeto – e o Vereador nem está mais aqui. Foi pedida diligência, sumiu e agora voltou, graças a CCJ – mas claro, tivemos que fazer uma choradeira! O que quer a EPTC? E este Vereador nunca foi e nunca será contra a aplicar multa para quem transgredir regras de trânsito, mas é muito confortável ficarem escondidos dentro do automóvel ou numa lombada esperando alguém passar um pouquinho dos 50km para multar. Claro que tem que multar, mas vão para a via pública. Uma autoridade fardada não pode ficar se escondendo, não estão investigando nada! Agora, querem e espalharam pela Cidade não sei quantas mil câmeras – que bom –, mas não podem usar esse artifício só para multar. O Ver. Márcio falou, e quero explicar este projeto, que quer encontrar um meio-terno, porque não podemos obrigar as pessoas a ficarem, num cruzamento, parados na sinaleira, de madrugada, esperando para serem assaltadas. Não temos segurança suficiente e não temos como exigir uma autoridade em cada cruzamento, isso é inviável. Temos que encontrar um meio-termo. Eu já disse ontem ao Cappellari que não dá. É a mesma história do Uber; nós estamos nos desgastando aqui porque o serviço de táxi é o mesmo de 30 anos, e não pensem que sou contra ou a favor de Uber. O Uber daqui uns dias vai ser o mesmo serviço, não tem nada de diferente; aliás, quem usa o Uber já sabe que não tem mais água com bolinhas nem chocolate. O Uber tinha uns carros bonitões, mas agora, se duvidar, até decavê vai entrar, Chevette e tal, com todo respeito aos que têm esses automóveis. Mas prometeram que era só carro...Isso é conversa fiada! O que nós lamentamos é que, durante todos esses anos, esses homens públicos não conseguiram mudar. O serviço de táxi hoje é o mesmo de 30 anos atrás, não tem mudança, mas a sociedade mudou. Ontem, eu fiz referência aqui, que há 30 anos, 20 anos, os senhores e as senhoras iam comer pizza nas pizzarias; hoje, os senhores não vão, chamam, através dos telepizzas. Por quê? Porque, primeiro, não tem lugar para estacionar; segundo, um assalto a cada instante. E a vida mudou. Eles pararam no tempo. A EPTC é a mesma de quando foi fundada. A mesma! Só multa, só pensa em multa. O que nós queremos aqui? Encontrar um caminho, um meio-termo. Ou, em alguns cruzamentos, na madrugada, os semáforos fiquem piscando em sinal de alerta...Simplesmente, agora, querem que, passando o sinal vermelho, vá ser multado, com câmara. Muito confortável. Aí ficam lá esquentando, vocês sabem o que quero dizer com isso, sentados no quentinho, só multando. E as criaturas na rua, entre a espada...Ou

leva uma multa ou é assaltado. É muito confortável isso, é muito confortável! Os semáforos desta Cidade, com raríssimas exceções, são os mesmos de 30 anos atrás. Tu estás ali, em alguns, não chega o amarelo, é vapt-vupt, é verde, vermelho, verde, vermelho. Tu sais, na grande Porto Alegre, nas cidades vizinhas, há todos aqueles contadores de tempo. Eles não podem comprar? Porto Alegre é demais, é demais mesmo! Eu não vou usar o termo aqui, nós precisamos respeitar, mas eles são... Eu já disse aqui. Ontem, era a Cidade Viva, toda hora aquele comercial; depois, veio a transversalidade, tudo ia se cruzar, tudo seria resolvido rapidamente; agora, a Cidade é resiliente. Presidente, cidade resiliente, não! É povo resiliente, porque, para aguentar todos esses negócios que nós estamos vendo aí, tem que ser resiliente. Muito resiliente! (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o PLL nº 142/16.

O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Presidente Cassio; meu amigo Líder da nossa bancada, Elizando; colegas Vereadores; pessoas nas galerias; quero aproveitar para homenagear a minha amiga Lucélia, Diretora da Escola Infantil ABC Kids, que está aqui juntamente com a Norma, a Ângela e a Fernanda, acompanhadas das mães dos alunos, dentro do projeto Educação para a Cidadania; quero parabenizar a Câmara de Vereadores por mais essa ação de construir e aproximar, cada vez mais, a Câmara das nossas crianças, que são o nosso futuro e que precisam estar conhecendo como funciona a política em Porto Alegre, para que nós possamos ter novos líderes com critérios positivos e saudáveis. Agradeço muito a presença da Lucélia e da sua escola aqui.

Quero dizer que hoje nós vamos ter uma votação importante, é a questão das AEISs, em que o Governo e esta Casa trabalharam com muito afinco no sentido de garantir um projeto que seja bem construído e que seja aprovado no dia de hoje. Levar habitação para as pessoas que mais precisam é o dever do Governo, é o nosso dever. Eu acredito que esse projeto aprovado, depois do debate necessário nesta Casa, vai fazer com que a nossa Cidade continue caminhando num processo de desenvolvimento com justiça social. Quero parabenizar as lideranças que estão aqui, os integrantes do movimento habitacional e principalmente o pessoal que luta há muito tempo por esse projeto dentro

do Orçamento Participativo, que é a instância de interlocução da sociedade com o Governo.

Quero aproveitar o que resta do meu tempo para colocar a importância do trabalho que a Prefeitura de Porto Alegre fez no acolhimento aos imigrantes. Os imigrantes estão aqui desde 2011, após o terremoto que aconteceu no Haiti, e depois o País se tornou uma rota de imigração para todo o planeta. Quer dizer que esses imigrantes saíram, principalmente, do Haiti e do Senegal – do Caribe e da África – e vieram para Porto Alegre em busca de emprego, em busca de trabalho, em busca de serviço; assim como, no passado, fizeram os imigrantes italianos, alemães, japoneses e todos os outros europeus, que vieram para o Brasil. Nós temos, hoje, mais de 5 mil imigrantes em Porto Alegre, acolhidos pela Prefeitura, ou aos quais presta serviços públicos, no sentido de dar dignidade e condições para que eles trabalhem. Todos eles têm um projeto só, que é trabalhar com carteira assinada para poderem fazer o repasse dos recursos para as suas famílias que ficaram no seu país. Foram duas situações que fizeram com que eles saíssem do Haiti e do Senegal: do Haiti, o terremoto; do Senegal, o desemprego bárbaro. Então eu quero fazer esse registro, porque nós temos que defender a dignidade desses nossos imigrantes caribenhos e africanos, assim como o País aqui recebeu os imigrantes europeus. Não foi de braços abertos, com tanto calor humano; também foi difícil para os imigrantes italianos e alemães se constituírem aqui. Está sendo difícil para os imigrantes africanos e caribenhos; mas a Prefeitura de Porto Alegre e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul não se omitiram. Porto Alegre é reconhecida pela ONU e por todos os órgãos de direitos humanos do Brasil e de todo o planeta como uma cidade destaque e referência para todos no abrigo aos imigrantes.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Casa, venho agradecer aos 32 Vereadores que, na tarde de ontem, votaram, em 2º Turno, pela abertura dos postos de saúde no Município de Porto Alegre durante 24 horas. Uma vitória do povo de Porto Alegre, esse povo que entregou a esta Casa 114 mil assinaturas, que

lutou no Orçamento Participativo, na Conferência Municipal de Saúde e que vem reivindicando acesso à saúde. Quero agradecer, em nome dos rodoviários, dos comerciários, dos trabalhadores da construção civil, dos vigilantes, dos eletricitistas, dos ambulantes, de todos os trabalhadores de Porto Alegre, dos desempregados, de toda a população que vai começar a ter acesso à saúde tendo esse benefício, para não somente ficar à disposição das UPAs e das emergências dos hospitais.

Esta semana mesmo, um canal de TV fez uma reportagem sobre a saúde, sobre as Unidades Básicas de Saúde, mostrando vários especialistas, médicos, gestores dizendo que a saída são os Programas de Saúde da Família e investimento nas Unidades Básicas de Saúde. Não adianta superlotar as emergências e os prontos atendimentos, que os investimentos dos municípios, dos estados e da União têm que ser nos programas de prevenção, de assistência básica à saúde. E a cidade de Porto Alegre, por meio desta Casa e de seus 36 membros que votaram a favor desse projeto, dá esse grande passo. Quero agradecer, em nome desses dirigentes sindicais, desses trabalhadores organizados, em nome de todos que assinaram abaixo-assinado, todos que participaram das assembleias do Orçamento Participativo em 17 regiões do OP, da Conferência Municipal de Saúde, e pela sensibilidade dos Vereadores que aprovaram, ontem à tarde, esse projeto em 2º Turno.

Hoje, teremos o prazer de promulgar, junto com o Presidente desta Casa, a escola de tempo integral. Essa é a sensibilidade dos Pares desta Casa em ajudar o povo de Porto Alegre em duas questões muito importantes: tendo acesso à saúde 24 horas e à educação, tirando as crianças da rua, dando a compreensão para os trabalhadores, que vão poder trabalhar tranquilos sabendo onde os seus filhos estão.

Eu queria saudar aqui a Ver.^a Jussara Cony, que ocupou a Liderança da oposição e que ajudou a construir, junto com o Ver. Kevin Krieger, Líder do Governo, que esses dois projetos vingassem nesta Casa. Os dois, Líder da oposição e Líder do Governo, ajudaram para que esses dois projetos fossem aprovados aqui. Os dois tiveram a sensibilidade de convencer, de discutir com seus Pares para que o consenso chegasse a esses dois projetos. Se os dois não tivessem essa sensibilidade, temos certeza que não alcançaríamos êxito nesses dois projetos de extrema relevância para a população de Porto Alegre, e que todas as Casas Legislativas do Brasil tenham essa sensibilidade que vocês trazem aqui para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre. E que o próximo Líder

da oposição tenha essa sensibilidade de, nos momentos de sentar e negociar, sentar e negociar para o bem do povo de Porto Alegre, e, nos momentos de firmeza, tenha a firmeza necessária para defender os interesses do povo de Porto Alegre, que, tanto na oposição quanto na situação, prevaleça o interesse do povo de Porto Alegre. Ver.^a Jussara, a senhora trouxe para cá a sua experiência de negociação sindical, de gestora pública, de ex-deputada, esta Casa engrandece com sua experiência. E o Kevin trouxe para cá a sua experiência, também, de gestor público. Então, que os próximos líderes, eu acho que o Governo não troca a sua Liderança agora, continuem exercendo esse papel de convergência dentro desta Casa para o bem do povo de Porto Alegre. Com muita força, fé e solidariedade, esperamos hoje à tarde avançar para a população de Porto Alegre na questão das AEISs e do mobiliário da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, ainda sobre Pauta, nós queremos dizer que os nossos projetos em relação à causa animal, em que atuamos por longos anos, têm sido feitos de acordo com as legislações municipal, estadual e federal existentes para que não venhamos a receber óbice. Muitos projetos estão sendo repetitivos, muitos projetos que tenho visto não temos a atribuição de legislar, e isso tem vindo à Pauta gerando ocupação tanto da tribuna quanto dos setores da Casa. Tenho dois projetos hoje que não vou encaminhar, vou aproveitar esse período para dizer que são projetos antigos de 2015 e que estão dentro do que se pode enquadrar de maus-tratos. Quero dizer que maus-tratos já estão enquadrados com multas elevadas, bastando aplicá-las em nível de Município, mas não temos visto essa providência mesmo tendo muitos casos registrados como maus-tratos. Então, já temos essa legislação, e projetos que estão aqui ficam difícil de se aprovar porque já têm óbice na saída com a Procuradoria da Casa.

Aproveito também o meu tempo, já que temos uma longa Pauta, para cumprimentar a nossa colega Ver.^a Cony, que deixa a Liderança, e a Ver.^a Cavedon, que assume. Quero dizer que os projetos devem, sim, obedecer às legislações, porque isso gera ocupação

dos funcionários da Casa, das Comissões, e tenho observado que vários projetos já estão inseridos na legislação municipal e tramitando em Pauta. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na Pauta de hoje, entre inúmeros processo aqui referenciados, um deles merece de mim uma atenção muito especial, e eu quero inclusive me congratular com o Ver. Dr. Thiago pela sua proposição de conceder o Diploma de Honra ao Mérito à Sociedade Libanesa de Porto Alegre, tradicional entidade localizada na Zona Norte de Porto Alegre, antigamente na Rua Dona Leopoldina, e mais recentemente no lugar onde construiu, há cerca de quase 20 anos, um grande complexo socioesportivo. Essa referência, Sr. Presidente, é porque, ao longo do tempo, tem sido uma constante, o Ver. João Bosco Vaz tem acompanhado muito de perto essa penúria, ver as entidades sociais e recreativas definirem de forma absoluta, muitas das quais alienando o seu patrimônio e se encaminhando para o desaparecimento. Eu venho de uma época em que era absolutamente necessário, era condição inclusive de auto-afirmação pertencer a uma sociedade dessa ordem, na medida em que elas forneciam uma festa mensal que era um encontro da juventude, e era mais do que isso, um local onde nós realizávamos parte dos nossos juvenis sonhos. Dentre essas entidades, a Sociedade Libanesa tem, na minha memória, na minha lembrança, um lugar muito especial. Dizem que pela minha fisionomia eu seria meio libanês, na medida em que descendente que sou de português, de catalão e, obviamente, de espanhol, eu pertenço a essa miscigenação que me confunde com essa etnia muito respeitável e com a qual tenho profundo laço de amizade.

Por isso, Sr. Presidente, ao ver o Ver. Dr. Thiago propor a concessão desse Diploma de Honra ao Mérito à Sociedade Libanesa, eu tenho que necessariamente me manifestar e fazê-lo de forma afirmativa, congratulando-me com o meu companheiro de bancada por esta iniciativa, a qual se confunde no dia de hoje com várias outras propostas estabelecidas na nossa discussão preliminar, e muito especialmente uma das quais eu faço uma referência, ainda que muito perfunctória, porque, no seu último dia de

tramitação, que é a iniciativa do Ver. Paulo Brum, que concede o Diploma de Honra ao Mérito à Escola Especial Dr. João Alfredo de Azevedo, que ele mesmo reconhece pelas suas circunstâncias pessoais, e tem uma relevância muito forte no contexto do cotidiano da nossa Cidade. Em tais situações, Sr. Presidente, nessa nossa derradeira Sessão do primeiro semestre de atividades legislativas do corrente ano, eu faço esses dois registros absolutamente convencido, Ver. Márcio Bins Ely, de que as homenagens propostas são absolutamente adequadas, devidamente sustentadas e, sobretudo, coerentemente justificadas.

O Sr. Márcio Bins Ely: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Agradeço, Vereador. Gostaria de registrar, e sei que o senhor é um fervoroso torcedor futebolístico desta Cidade, mas hoje o nosso Cruzeiro está fazendo 103 anos, e me passei no meu período de Liderança. Então, agradeço-lhe por me conceder este aparte para que fique registrado nos Anais que o nosso querido Esporte Clube Cruzeiro está de aniversário hoje. Obrigado, Ver. Pujol.

O SR. REGINALDO PUJOL: Eu agradeço o aparte de V. Exa., e para sua tranquilidade registro que no meu pronunciamento em Liderança, eu já homenageei o nosso Cruzeiro, como exatamente um belo exemplo do pequeno grande forte: pequeno clube, mas muito respeitado. Obviamente que isso já foi objeto do meu registro anterior, que agora eu recoloco, refaço e até sublinho em homenagem ao Ver. Márcio Bins Ely, que ainda que um pouco tardiamente volta a fazer o registro e demonstra que o nosso Esporte Clube Cruzeiro, o Cruzeiro de Porto Alegre é, indiscutivelmente, a segunda alternativa de todos nós. Dizem que tem cruzeiristas e cruzeirenses, uns são vermelhos e outros são totalmente azuis. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Promulgo a Emenda à Lei Orgânica nº 40, de 08 junho de 2016, e a Emenda à Lei Orgânica nº 41, de 13 de julho de 2016.

(16h06min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Mauro Zacher, ao PLCE nº 005/16.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol e outros Vereadores, ao PLCE nº 005/16.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, ao PLCE nº 005/16.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLL nº 220/14.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria Ver. Engº Comassetto, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 01, nº 02 e nº 03 ao PLCE nº 005/16.

Em discussão PLCE nº 005/16. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/16.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores, Vereadoras, prezadas lideranças comunitárias que estão aqui, que trabalham e que lutam pela habitação de interesse social; nós, hoje, aqui na Câmara de Vereadores, estamos dando um passo importante em analisar a lei que retorna a esta Casa, a lei que institui, em Porto Alegre, 31 Áreas Especiais de Interesse Social. Esta lei, Ver. Cecchim, nós a aprovamos no ano de 2012 e, no momento em que foi aprovada, na época não foi feita uma audiência pública, foram feitas discussões nas Comissões, o Tribunal de Justiça entendeu que deveria se fazer uma audiência pública – está correto, precisa ser discutido, analisado. Mas, nesses quatro anos que se passaram, todos os projetos de habitação de interesse social que foram apresentados... É demanda, é recurso para a cidade de Porto Alegre. Hoje nós temos em Porto Alegre 70 mil famílias que não têm onde morar, que não têm casa – 70 mil até três salários mínimos. Se pegarmos de três a seis salários mínimos, vai para 150 mil. Então quer dizer que há uma demanda social reprimida muito grande. E o Governo reenvia a lei para a Casa de 31 AEIS, das 47 da lei original. E está entendido e acordado que essas que ficaram fora terão de ser analisadas, discutidas, teremos de verificar quais os seus conflitos para que nós possamos, em segundo momento, analisá-las.

Então, como um dos membros da CUTHAB, que tem recebido semanalmente as comunidades para buscar soluções para o tema habitacional, eu quero dizer que – o meu colega o Ver. Elizandro, Presidente da CUTHAB, assim como os Vereadores Delegado

Cleiton, Paulinho Motorista e eu, junto com os demais colegas, nós já fizemos, na CUTHAB, mais de 25 acordos com o Governo Municipal e com as entidades para poder acolher essas famílias em projetos, e muitos deles projetos de autossustentação dos movimentos sociais através das cooperativas, associações e organizações. Tudo isso está paralisado por conta da lei que precisa ser reanalisada e votada aqui nesta Casa hoje. E aqui tem um esforço coletivo, os contraditórios vieram para a Mesa, foram debatidos, analisados e superados, bem como alguns ajustes que estão sendo propostos neste momento também através de acordos. Então, o importante é registrar como um Vereador que acompanha de perto esse tema, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Kevin Krieger, como Líder do Governo, que tem dialogado para poder receber essas contradições e ver os potenciais, acredito que hoje à tarde nós estaremos fazendo um reparo na política habitacional de Porto Alegre, num tema que cabe à Casa aprovar. E é dar condições... E aí quero dizer que, há um ano, aqui neste plenário, a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Procuradoria do Município, os movimentos sociais e a CUTHAB fizeram este acordo de que o Governo reenviasse e que nós trataríamos de imediato essa lei. E a lei chegou não faz muito tempo aqui na Casa, e nós estamos, então, fazendo esse acolhimento. Tem muitas mãos que trabalharam para que essa lei pudesse estar aqui. Eu venho aqui dizer que ela merece ter o nosso trato hoje e a aprovação da lei e de um conjunto de emendas que se apresentaram para qualificar a lei. Essa é uma posição muito clara e esse é o tipo de projeto que não é projeto de bancada A ou B, este é um projeto da cidade de Porto Alegre através da política habitacional, que teve e tem uma demanda diária nesta Casa, para que possamos resolver isso propositivamente. A aprovação dessa lei é uma resolução propositiva. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/16.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores, especialmente aqui os representantes da Fenacoop, da Coopercam e de outras cooperativas, o Emerson, o Diego, e tantos

outros batalhadores aí da questão do cooperativismo, especialmente do cooperativismo habitacional de Porto Alegre, que abrilhantam os trabalhos da nossa Sessão; vejo aqui, inclusive, algumas pessoas diretamente envolvidas com as áreas que estão na pauta desse projeto de lei. Eu quero resumir esse projeto, Carminatti, com a seguinte frase: antes tarde do que mais tarde. Porque o que aconteceu, em relação ao prejuízo que a Cidade teve por não poder fazer os investimentos que foram debatidos a respeito das intervenções urbanas nessas AEISs, proporcionados, infelizmente, pelo Ministério Público que obteve guarida no Tribunal de Justiça por 11 a 4, foi que nós postergamos esse debate, infelizmente, que foi construído pelo Executivo, lá atrás, quando eu ainda era Secretário do Planejamento; foi submetido à análise pelo Conselho do Plano Diretor. O Conselho do Plano Diretor, legitimamente eleito, que tem os seus delegados nas oito Regiões de Planejamento, analisou uma a uma as áreas e as intervenções, que eram muito mais que 31, e foi entendido que para aprovar AEIS em Porto Alegre teria que ter uma audiência pública primeiro.

Eu quero manifestar aqui a minha contrariedade a esse entendimento. Quem tem que legislar são os legisladores, nós fomos eleitos para isso. Então quero fazer aqui a minha manifestação contrária a esse entendimento. Infelizmente, foi a compreensão da análise do Poder Judiciário na nossa Cidade. Mas antes tarde do que mais tarde, que bom que pelo menos essas 31 AEISs vamos conseguir aprovar hoje aqui.

E eu quero dizer que nós participamos aqui da audiência pública e é uma pena que não tenhamos conseguido contemplar algumas outras áreas aqui, Carminatti, que também foram pauta da audiência pública, mas que, por uma compreensão técnica, entre aspas, de alguns entendidos, especialmente da área ambiental do nosso Governo, algumas áreas foram cortadas, e Porto Alegre vai perder esse dinheiro. Porto Alegre tem um déficit habitacional, não tem realmente recurso talvez para construir todos os equipamentos e a qualificação de espaços coletivos necessários para praças, creches, parques, postos de saúde, para que o transporte coletivo alcance esses adensamentos populacionais, mas muito menos dinheiro tem ainda para construir casa. E esse dinheiro está aí, é só se inscrever de maneira organizada e com sabedoria para captar esse recurso do Governo Federal. E nós estamos abrindo mão em nome do quê? Eram 45 e nós vamos abrir mão e aprovar só 31? Tudo bem, então vamos fazer um exercício. Às vezes a gente tem que dar um passo para trás para dar dois para frente, mas eu quero

pág. 30

dizer, como Presidente da Frente Parlamentar de Incentivo ao Cooperativismo, que tivemos uma reunião importante, o Governo construiu, junto com esta Casa, um projeto de lei para isentar de ITBI as cooperativas habitacionais que fizerem projetos do Minha Casa, Minha Vida de zero a três em Porto Alegre. Nós não podemos deixar passar esta oportunidade! Se der, vamos emendar, vamos estender um pouquinho, vamos incluir mais uma ou duas! Quantas mil famílias não têm aonde morar, Ver. Mario Manfro? E nós estamos abrindo mão do dinheiro do Minha Casa, Minha vida, dizendo “Não, obrigado”!? Será que estamos em condições de fazer isso com a crise do tamanho como está? Tudo bem, nós não vamos construir casas embaixo de fio de alta tensão, não vamos botar as pessoas a morar dentro d’água, mas será que realmente esse critério que se usou... Eram caiu 45, caiu para 31, será que se realmente... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...pudéssemos contemplar mais mil, duas mil unidades habitacionais e buscar esse recurso lá em Brasília e construir as casas. Então, eu queria trazer para a reflexão este tema.

Eu quero agradecer ao Ver. Valter Nagelstein, que foi o nosso relator, que fez um relatório a jato para agilizar, porque isso é importante para a Cidade, é importante para as pessoas, elas querem morar e não têm onde morar! E que bom que o Executivo, ainda que cumprindo uma ação judicial, porque foi impedido de agilizar esse processo porque teve que atender a uma decisão judicial, teve a grandeza de construir os pré-requisitos para poder aprovar, quais sejam, a realização da audiência pública. Mas acho que é nosso dever fazer um esforço para incluir o máximo de áreas possíveis, e vamos estar empenhados nisso nesta tarde de trabalhos de hoje. Pela atenção muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/16.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde a todos e a todas. Nós também, Presidente, vamos discutir o projeto, trazendo a demora que temos na cidade de Porto Alegre para que as Áreas Especiais de Interesse Social sejam gravadas no nosso Plano Diretor. Infelizmente, nós

vemos a morosidade com que um dos grandes problemas da Cidade, um dos temas mais gritantes, tem sido tratado pelo Governo Municipal, seja com as construções insuficientes de programas habitacionais, que também têm a ver com a diminuição dos repasses federais, como, por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida – nós temos 54 mil inscritos na cidade de Porto Alegre e menos de 2 mil casas entregues até 2016 –, seja nos programas habitacionais próprios, como, por exemplo, o Programa Integrado Entrada da Cidade, e, como, por exemplo, o reassentamento da Vila Liberdade. Estamos em 2016! Já faz mais de dois anos o incêndio da Vila Liberdade. Quando é para o povo pobre, é uma morosidade conseguir as doações necessárias e construir as políticas habitacionais para resolver em definitivo a questão da habitação social.

Eu até me inscrevi para esclarecer alguns dos Vereadores que vêm me perguntar se tem alguma daquelas nossas 14 AEISs aqui neste projeto de lei. Este projeto trata da lei de 2010, cuja inconstitucionalidade foi discutida no Tribunal de Justiça, que a decretou inconstitucional em função da ausência de audiências públicas no processo de gravação das AEISs. Nós estávamos aqui, nós votamos a lei. Nós achamos que várias reuniões foram feitas, ouvindo os conselheiros do Orçamento Participativo, as Comissões Permanentes da Câmara; foram feitas visitas à CUTHAB, mas, ao mesmo tempo, estes elementos não foram considerados no caso das nossas 14 AEIS.

Nós conseguimos, numa combinação de mobilização dos movimentos sociais e de vários Vereadores, aprovar, por 31 votos, em 2014, 14 Áreas de Interesse Social. Nós derrotamos o veto, e o Prefeito foi até a Justiça para atacar os interesses do povo. Várias dessas áreas sofreram reintegrações de posse. Foi o caso, infelizmente, da Bela Vista, foi o caso de várias comunidades previstas na nossa lei. Essa lei segue sendo discutida no Tribunal de Justiça; nós estamos defendendo a legalidade da lei; o Jacques Alfonsin está defendendo a legalidade da lei junto com Amigos da Terra, junto com o IAB. E nós fizemos um grupo de trabalho como consequência de uma luta aqui na Cidade. O Vice-Prefeito, com várias secretarias, instituiu um grupo de trabalho, e nós encerramos a discussão no grupo de trabalho com a clareza de que várias AEISs podem, sim – daquelas 14 –, vir como projeto de lei na Câmara, e nós lamentamos que ainda não tenhamos conseguido terminar esse processo. Mas nós decidimos, nesse processo específico das 31 áreas, não esperar para não trancar a aprovação das 31 áreas e, ao mesmo tempo, exigir a celeridade para que esse outro projeto de lei venha imediatamente

para a Câmara de Vereadores. Nós estamos requisitando uma reunião com o Vice-Prefeito Sebastião Melo, junto com os técnicos que nos acompanharam, junto com os movimentos sociais – o MTST, o IAB, o Conselho Regional da Moradia Popular e os representantes que estiveram discutindo cada uma dessas 14 áreas –, para que a gente possa também gravar outras Áreas Especiais de Interesse Social no nosso Plano Diretor, aí aquelas 14 que vários Vereadores me perguntaram.

Este projeto de lei é em relação às 47, se não me engano, de 2010. Eram 47 áreas e no projeto de lei vieram 31. Algumas áreas públicas prevêm AEIS-1, em geral onde já tem ocupação; e algumas prevêm AEIS-3, sabendo que é necessária a destinação de cotas também para programas habitacionais da população de baixa renda.

Nós consultamos o Instituto dos Arquitetos do Brasil, teve uma audiência pública, os nossos companheiros participaram, dizendo que em muitas das áreas é necessário ter, sim, programas habitacionais, e por isso nós vamos votar a favor da lei e, ao mesmo tempo, vamos seguir lutando para que não haja uma morosidade permanente na gravação de novas AEISs e a busca por soluções definitivas para 50 mil famílias, 780 comunidades irregulares que, lamentavelmente, existem no Município de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/16.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde. Cumprimento o Presidente, Ver. Cassio Trogildo. Vou dizer rapidamente, nem vou utilizar os cinco minutos, até porque há o pessoal que está esperando a votação deste projeto importante para as suas vidas. Faço questão de fazer alguns esclarecimentos da importância do trabalho que foi feito através do gabinete do Vice-Prefeito, onde, junto com Carminatti e toda a equipe do DEMHAB e outras áreas do urbanismo, construíram a solução para essas 31 áreas. Veio para cá o projeto, se não me engano em 2010, com trinta e poucas áreas, emendaram em torno de 10 a 15 áreas, foi para 47, 48. Caiu na Justiça, e todo mundo sabe do trâmite. O Vice-Prefeito Sebastião Melo, junto com toda a equipe da Prefeitura, fez esse trabalho, encaminhou essas 31 áreas, e nós, inclusive com o Ver. Valter Nagelstein, relator desse projeto, e outros Vereadores, me colocaram a situação de nós discutirmos as áreas que não vieram. Isso,

sem dúvida alguma, vai continuar, Ver.^a Fernanda, a continuidade desse projeto. Agora, Ver. Marcio Bins Ely, com todo o respeito, não é o momento de emendar novas áreas nesse projeto, porque foi isso também que dificultou a sanção e a derrubada na Justiça daquelas áreas. Então vamos aprovar essas 31 áreas, onde as pessoas já estão preparadas para fazer todos esses projetos, e vamos continuar trabalhando junto ao Governo para fazer análise dessas outras áreas que foram emendadas, que foram propostas e que a gente possa, sim, estar beneficiando as pessoas que mais precisam desta Cidade. Então, não vejo, Ver.^a Fernanda, com todo o respeito, morosidade. Vejo muita responsabilidade do Governo nesse processo. E creio, sim, que nós ainda neste ano podemos buscar solução, Ver. Eng^o Comassetto, para novas áreas virem nas Áreas de Interesses Especiais.

Então venho aqui apelar para a nossa base, e nem precisaria fazer isso, porque todo mundo vai votar fechado com o Governo que encaminhou esse projeto tão importante para essas pessoas. Agradeço também a todas as Lideranças que receberam as lideranças das AIEs e se propuseram a votar ontem e, devido a muitas votações que tivemos ontem, transferimos para hoje, inclusive com o acordo do Ver. Reginaldo Pujol, que deixou o seu projeto que estava priorizado por primeiro ser o segundo. Então parabéns pela luta. Vamos votar sim pelas pessoas desta Cidade, que tanto fazem pela nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/16.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, quero ser muito rápido aqui porque sei que o pessoal está ansioso e faz muito tempo que estamos por votar, mas eu também não queria me furtar de vir à tribuna neste momento para falar de um tema com o qual tive uma participação pessoal e um envolvimento bastante grande na condição de Secretário do Urbanismo, afinal de contas essa questão passa pela Secretaria do Urbanismo, que é quem faz essa análise técnica e dá essa classificação. Quero dar um abraço fraterno no meu querido Dr. Giovani Carminatti, nosso Procurador, presidente das comissões lá do Município, da Caadhap e da Cetarf, que são as

comissões pelas quais também esse assunto, em conjunto com a Secretaria Municipal de Urbanismo, passa.

Quero dar um abraço, Diego Braseiro Índio, em vocês todos aí, na tua pessoa, em todos os que são envolvidos com as cooperativas habitacionais e com esse problema no nosso País, que não é recente, eu diria que é um problema histórico, mas agravado especialmente a partir da década de 50, quando temos uma migração da economia que estava no campo para as cidades, e aí temos esses fenômenos que, infelizmente, a cada ano crescem e a gente precisa encontrar solução, que é a sub-habitação nas cidades, a disputa pela terra da cidade. Nós temos instrumentos muito importantes, como o instrumento do Solo Criado. Na construção civil, que é uma economia importantíssima, a mola motriz, a principal engrenagem da economia de Porto Alegre, se apropriarmos o recurso do Solo Criado, podemos, sim, fazer uma Cidade um pouco mais justa. Como fazemos isso? Esse dinheiro que é do Solo Criado, que é o dinheiro que a gente chama de dinheiro do ar, *air rights*, o direito do ar, esse dinheiro retorna para ser aplicado em habitação popular e infraestrutura urbana, em praças, em ruas, em creches, em escolas, mas, especialmente, em habitação popular. Então, nós temos que incentivar isso, fazer com que os leilões do Solo Criado voltem para o urbanismo, como tenho defendido aqui, e que esse dinheiro fique carimbado e aplicado para infraestrutura urbana e para minorar o problema da habitação popular.

Eu quero cumprimentar a todos, dizer que tenho feito gestões permanentes no sentido de que não fiquem excluídas aquelas áreas que, eventualmente, não estão presentes agora, porque também são pessoas que estão sofrendo e que têm necessidade e que precisam ser contempladas com a questão da habitação; e que nós, então, em seguida caminemos para isso. É por óbvio que, no ano passado, aquelas que, por exemplo, a Ver.^a Fernanda e o pessoal do PSOL colocaram, algumas delas não podiam, porque eram áreas que ou eram propriedades privadas, ou eram áreas que estavam em APPs, portanto, não são passíveis de regularização como uma AEIS, mas outras tantas podem, sim, e são essas discussões que nós devemos, e já pactuamos isso com nosso Líder do Governo, Ver. Kevin Krieger, imediatamente nos debruçar para, num prazo muito rápido e com regime de urgência, poder contemplar as outras também.

Mas, hoje, é o fim de um capítulo, eu diria de uma luta muito importante de um povo, e que nós temos que aplaudir essas pessoas que estão aqui dedicadas a isso e continuar

apoiando para que elas tenham fontes de financiamento e que consigam levar adiante isso, Ver. Mendes Ribeiro, que é uma aspiração muito legítima de todas as pessoas, Ver. Idenir Cecchim, que é a aspiração da habitação, que é a aspiração da sua casa, que é, sobretudo, dignidade às pessoas. E eu acho que esse deve ser também um dos móveis, daquilo que nos move a fazer política: lutarmos por justiça social, e, no rol dessa questão da justiça social, trabalharmos para que as pessoas tenham direito à habitação.

Parabéns a Câmara de Vereadores por este momento. Agradeço aos servidores da SMURB, que me ajudaram muito nesse processo, ao Conselho do Plano Diretor, do qual fui Presidente, aliás, no ano passado, tivemos a maior eleição da história do Plano Diretor, foram mais de seis mil pessoas que vieram e participaram, numa eleição absolutamente voluntária. E o Conselho do Plano Diretor está reforçado, está valorizado, e eu tive uma honra muito grande em ser Presidente desse Conselho, e agora poder estar nesse novo momento junto com vocês votando essa lei. Parabéns e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/16.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, até para ganharmos tempo, então vou trazer um abraço às comunidades que estão conosco, em nome do meu Partido PSB, em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Vamos votar favoráveis, parabéns a vocês pela luta e conquista. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/16.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quem pensa que, na Câmara de Vereadores, só tem situação ou oposição, que um discute e outro desaprova o projeto do outro está enganado. Quando o projeto é bom e é de interesse para muitas pessoas, nós conseguimos unanimidade aqui. Hoje à tarde, neste projeto, a Câmara de Vereadores tem unanimidade. O primeiro Vereador que veio à

tribuna foi o Ver. Eng^o Comassetto, vieram tantos Vereadores e Vereadoras aqui e todos seguiram, mais ou menos, na mesma linha. O último que me antecedeu foi o Ver. Valter Nagelstein, que também seguiu, como o primeiro, para a aprovação do projeto. Eu estou aqui mais para louvar o projeto do que para defender. Este tipo de projeto não precisa de defesa, ele precisa ser aplaudido e votado. É isso que eu estou fazendo, aplaudindo, e vou descer daqui para votar o projeto. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/16.

O SR. DR. THIAGO: Eu quero ser bem sucinto e, como fizeram os colegas Vereadores aqui, fazer um destaque e saudar, principalmente, as AEISs-1, que estão colocadas aqui, principalmente a que está colocada no anexo 26, vinculada à Estrada Otaviano José Pinto, no Lami, uma região importante que, realmente, necessita de regularização fundiária. Essas AEISs-1, são áreas, efetivamente, com gente morando há muitos e muitos anos. Essa área, que está no anexo 26 da lei, vinculada à Estrada Otaviano José Pinto, via de regra, tem sido sede de muita discussão e muitas vezes tem sido precarizada a habitação daquelas pessoas que moram lá. Então, eu quero saudar, principalmente, as AEISs-1, que são aquelas áreas em que as pessoas já moram, em que as pessoas precisam, efetivamente, de urbanização, e são áreas que vão ser voltadas para uma melhor qualidade de vida daquelas pessoas. Como foi dito aqui, eu também quero dizer que voto favoravelmente ao projeto, voto principalmente a favor das questões vinculadas às AEISs-1, aquelas destinadas à regularização fundiária para famílias, para comunidades que já moram e que precisam de dignidade na moradia.

Parabéns ao Executivo Municipal. Ver. Pujol, para quem diz que, muitas vezes, este Vereador não elogia ações positivas do Governo municipal, eu estou aqui elogiando o trabalho feito pelo DEMHAB, tanto na gestão anterior, do Secretário Everton Braz, quanto na atual. Realmente, quando é correto, nós elogiamos e ressaltamos; quando é incorreto, nós acabamos vindo a esta tribuna para criticar e para colocar no caminho certo.

Então, parabéns ao projeto. Sem dúvida nenhuma, vamos aprová-lo na tarde de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Tarciso Flecha Negra: Presidente, muitos dos meus colegas já estiveram aqui, mas, em nome do meu partido, o PSD, quero dizer que a gente também vai votar favoravelmente, porque é sempre essa bandeira que eu prego: educação, esporte e moradia digna para as pessoas. Então, em nome do PSD e em meu nome, digo que vamos votar favoravelmente a esse projeto.

O Sr. Dr. Goulart: Presidente Cassio, dois assuntos. Primeiro, ninguém mais do que eu sabe a importância de AEIS para construir casas para a população. Foi usando AEIS que eu consegui construir as 2 mil casas que a Fernanda mencionou agora – foi bastante e foi muito difícil! O que eu queria avisar é que, neste momento, invadiram o DEMHAB, centenas de pessoas da Vila Dique, justamente exigindo casas para morar. Como nós conseguimos passar para eles 922 moradias, vamos ver como é que poderemos ajudar para que isso não termine em conflito. Vamos votar AEIS, sim. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/16.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, funcionários, colegas desta Casa, senhoras e senhores que nos assistem aqui e através da TVCâmara, eu não poderia me furtar de vir aqui falar a favor desse projeto. Vou ser sucinto porque sei que os senhores estão aqui ansiosos para que os 36 Vereadores digam sim. Não poderia me furtar de subir a esta tribuna, porque já fui Presidente da CUTHAB, tive essa honra no meu primeiro mandato, como já foi aqui citado pelo Ver. Engº Comassetto, e nós, que fizemos parte dessa Comissão, temos visto muitas situações em que as pessoas lutam pelo seu cantinho, pelo seu pedacinho de terra. São casos de pessoas que moram há muito tempo naquele local e que já conhecem o pessoal que atende no posto de saúde, no mercadinho da esquina, na escola dos seus filhos. Então essa necessidade, hoje, quando nós podemos diminuir um pouco dessa angústia, já me faz subir aqui e agradecer a sensibilidade do Governo e, principalmente, a luta dos guerreiros, dos representantes de cooperativas, de pessoas que estão juntas nessa luta, no dia a dia. São pessoas que,

muitas vezes, saem e não sabem se, quando voltarem, a sua casa e as suas coisas ainda estarão lá.

A aprovação desse projeto, para nós, que lutamos – e muitas vezes somos mal interpretados – para que as pessoas tenham uma moradia digna, para que todos, e não só alguns, possam viver em paz, tendo o seu pequeno espaço de terra. Então, senhores, subo a esta tribuna com a alegria de poder votar a favor de um projeto que vai beneficiar pessoas, famílias, um projeto que vai fomentar, inclusive, a economia daqueles espaços, porque agora teremos os nossos moradores fixos naquele cantinho que construíram para viver, morar e criar as suas famílias.

Então eu peço o entendimento de todos os Vereadores para que seja unânime a votação num sim para esse projeto, para que as pessoas saiam daqui e comecem a sonhar com o próximo passo para a suas vidas. Nós viemos a este mundo para sermos felizes. Habitação, morar dignamente é um pequeno sinal de felicidade. Vamos lutar agora para o próximo passo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/16.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, sem delongas nós vamos acompanhar este projeto votando favoravelmente, mas vamos cobrar fundamentalmente apoio às comunidades em que esses projetos forem aprovados para que não haja enrolação nem demora nos projetos habitacionais e que todas as ações sejam claras e transparentes. Esta Câmara está vigilante, eu estou vigilante, que Porto Alegre avance e que nós tenhamos uma cidade com moradia digna para todos. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Sofia Cavedon: Apenas para dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores parabeniza o conjunto das comunidades pela construção que fizeram para o direito à moradia. Que se realize!

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/16. (Pausa.) O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/16.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, eu só queria pedir o apoio aos nobres colegas para esta emenda que faz justiça a uma comunidade que também trilhou e desenhou a sua conquista para ser constituída como uma Área de Interesse Social. Por isso eu venho pedir o apoio dos colegas para que possamos fazer justiça a essa comunidade que tem direito e conquistou, e é por isso que eu estou apresentando essa emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 005/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

APROVADA por 31 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 005/16. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 005/16.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, o art. 23 do projeto de lei é muito claro quando estabelece o seguinte: “Art. 23. Na UEU 46 da MZ 08, ficam alterados os limites das Subunidades 02, 03 e 06, e ficam criadas a Subunidade 08 com o mesmo regime urbanístico da Subunidade 03, a Subunidade 09 com o mesmo regime urbanístico da Subunidade 02 e a Subunidade 07, como AEIS III, conforme o Anexo 23 desta Lei Complementar”. O anexo 23 é um desenho, então, nós fizemos o seguinte: estabelecemos o limite dessa fixação, estabelecendo que não poderá se estender além daquela área demarcada pelo Departamento de Esgoto Pluvial, como sendo área de proteção do Arroio do Salso, área onde não é permitida a construção por razões evidentes, porque seriam facilmente atingidas por eventuais cheias que ocorressem naquela região. Então, a subemenda é simplesmente limitadora de uma disposição já expressa na lei proposta pelo Governo Municipal, depois de amplo debate com a sociedade realizado numa audiência coletiva que houve aqui há cerca de 60 dias, na qual

a comunidade fez esse alertamento e mereceu essa delimitação com maior clareza que a colocação gráfica que contém o mapa, pura e simplesmente, poderia ensejar alguma dúvida. Assim, a dúvida desaparece, pois os limites são exatamente aqueles que o DEP estabeleceu, e, evidentemente, com isso nós damos segurança para que a lei se realize com clareza e a Área Especial de Interesse Social cumpra plenamente a sua finalidade, que é propiciar habitação popular à população de baixa renda. Era isso, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)
APROVADA por 31 votos **SIM**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/16. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/16.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, só para dizer que, no estudo da Secretaria do Urbanismo, o índice que estava constando era de 1.3. Por algum erro de digitação, no momento de transcrever, veio o índice de 1.0. Então, é simplesmente uma emenda retificativa, não está se alterando densidade, não está se alterando volumetria, não está se alterando os limites para recuo do jardim, simplesmente está se reproduzindo aquilo que no próprio estudo da Secretaria do Urbanismo já era constante, que é o índice de aproveitamento 1.3. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 03 ao PLCE nº 005/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)
APROVADA por 28 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCE nº 005/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

O Sr. Aírto Ferronato (Requerimento): Meu caro Presidente, solicito que o PLCL nº 025/15, de minha autoria, seja considerado em regime de urgência e submetido à

Reunião Conjunta das Comissões. Lamentavelmente este projeto é de 2015 e até este momento não saiu da CCJ. Portanto, para reparar esse problema que vem de muito tempo, faço este Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato.

O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração da ordem da priorização de votação para que possamos, imediatamente, passar à votação da Indicação nº 038/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Perfeito.

O Sr. Aírto Ferronato: De qualquer jeito, em primeiro lugar, mantemos a ordem que foi proposta.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Ferronato, nós temos um requerimento do Ver. Delegado Cleiton, o qual colocarei em apreciação logo em seguida.

O Sr. Aírto Ferronato: Eu quero lamentar, mais uma vez, que o meu requerimento será votado somente em agosto.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Sim, Vereador, mas há um requerimento de Pedido de Urgência.

O Sr. Aírto Ferronato: Pelo amor de Deus, um ano e meio na Comissão de Justiça! Isso é uma falta de consideração e respeito com os Vereadores.

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, respeitando as reivindicações dos colegas Vereadores, eu queria estabelecer o seguinte: após a aprovação desse projeto, essas antecipações podem ocorrer, porque democraticamente nós concordamos ontem em transferir o projeto para hoje. Mais do que isso, concordamos que as Áreas Especiais de

Interesse Social fossem o segundo projeto para que votasse, pois era desejo da maioria das pessoas presentes. Agora, postergar mais ainda não é coerente com as decisões anteriores da Casa. Eu faço um apelo: nós votamos agora, depois daremos as prioridades solicitadas aqui no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Bom, Ver. Reginaldo Pujol, eu tenho um requerimento do Ver. Delegado Cleiton, o qual terei que colocar em apreciação. O Ver. Delegado Cleiton requereu que nós fizéssemos agora a apreciação da Indicação nº 038/16, que foi distribuída em folha avulsa. Se o Vereador mantiver a solicitação, eu terei que colocar em apreciação o requerimento.

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, eu faço um apelo para que se respeitem os acordos sob pena de nós não termos mais possibilidade nenhuma de se acordar aqui na Casa.

O Sr. Cláudio Janta: Sr. Presidente, eu faço um apelo ao Ver. Delegado Cleiton para que retire seu requerimento, ou que seja o segundo, depois que nós votarmos o do Ver. Pujol. Então que votemos o do Ver. Pujol e, depois, votemos o projeto do Ver. Delegado Cleiton. Porque ontem nós votamos os requerimentos e não deu tempo de entrar o projeto do Ver. Pujol na ordem.

O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 220/14, passar à votação da Indicação nº 038/16. Após retornarmos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

O Sr. Márcio Bins Ely: Presidente, o Ver. Ferronato fez um registro, no microfone de apartes, relativo ao PLCL nº 025/15, dizendo que, há um ano e meio, estava parado na CCJ. O processo foi protocolado em setembro do ano passado, em novembro ele saiu em

diligência, foi devolvido pelo Ver. Elizandro Sabino em junho, e nós vamos dar sequência para solucionar o problema, Ver. Ferronato, mas não faz um ano e meio que ele está na CCJ, foi apregoado em setembro do ano passado! Muito obrigado.

O Sr. Airto Ferronato: Só uma observação, meu Presidente, é claro, mas nove meses quando se tem seis dias para fazer o parecer? Faz mais de um ano que ele lá está.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 220/14. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 220/14.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu venho aqui trazer um apoio ao Ver. Reginaldo Pujol e manifestar o meu apoio aos cidadãos e cidadãs que vêm às galerias nesta tarde. Primeiro, dizer uma questão conceitual como visão estratégica de homem público. Já disse mais de uma vez, acho que a questão do mobiliário urbano tem que estar na Secretaria do Urbanismo. Isso tem tudo a ver com urbanismo, Srs. Vereadores. Urbanismo é o planejamento de uma cidade, e o mobiliário urbano faz parte desse planejamento da cidade: paradas de ônibus, MUPIs, toponímicos, placas, bancas, mesmo que seja a Secretaria de Indústria e Comércio que, eventualmente, licencie depois, mas isso tem que fazer parte do planejamento da Cidade. E isso foi retirado da Secretaria do Planejamento. Faz mais ou menos uns quatro ou cinco anos – está falando aqui um Vereador do Governo, mas nós precisamos apontar também as nossas falhas – que isso anda de Seca a Meca, vai pra lá e vem pra cá. Agora foi encarregado um companheiro nosso, por quem tenho o maior respeito, o maior apreço, que é o Dr. Arnaldo Guimarães, ex-presidente da Caixa de Assistência da OAB, para cuidar dessa parte do mobiliário urbano, mas de novo, não é pelo Arnaldo, mas é porque, conceitualmente, eu defendo que essa questão tem que estar afeta à Secretaria Municipal de Urbanismo. E exatamente porque há esse vácuo que acabamos nós, Vereadores, tendo que legislar acerca dessas questões, para corrigir injustiças. Uma delas, meus caros Vereadores, e que afeta a cada um de vocês aqui, porque isso estoura nos nossos gabinetes, são as multas abusivas e escorchantes que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente tem aplicado sobre questões de identidade visual do comércio da Cidade. E aqui tem um Vereador ligado à atividade comercial também e que foi Secretário da Indústria e

pág. 44

Comércio, o Ver. Idenir Cecchim. Poxa, é uma dificuldade no nosso País para botar um pequeno negócio! Aí o cidadão tem lá uma farmácia, uma lojinha, uma gráfica, e vai lá a SMAM e mete uma multa de R\$ 280 mil a R\$ 300 mil! Um negócio completamente desconectado da realidade! Estão sujeitando o cidadão, o empreendedor a uma violência, que é absurda.

Então, uma das coisas que temos que fazer é conseguir separar aquilo que é publicidade, com todo respeito que nos merecem os operadores da mídia exterior da Cidade, que também são empreendedores e que, volto a dizer, merecem respeito, dessa outra questão dos lojistas, Ver. Cláudio Janta. Nós temos que olhar com igual atenção e igual zelo para os dois, mas temos que conseguir separar também essas duas questões. Portanto, acho que tem muito para olhar nessa questão do mobiliário urbano: banheiros de rua na Cidade não têm. Por que não podemos ter banheiro de rua com patrocínio? Aí, um determinado dia, eu perguntei lá e me disseram: “Ah, mas os banheiros de Paris têm que ter um sistema de pressurização, de não sei o quê, que estão ligados no esgotamento sanitário da cidade”. Pôxa vida, gente! Mas faz 60 anos que se colocou o homem na lua e nós não temos tecnologia para colocar um banheirinho de rua, que o cidadão coloque uma moeda, entre e saia do banheiro e que este se auto-higienize? Nós não temos mais bancas de floristas! Pelo menos, as bancas de chaveiros e as de revistas foram revitalizadas. Mas há muito por fazer nessa questão do mobiliário urbano. As paradas de táxi, Ver. Cláudio Janta – que foi quem propôs isso -, com banheiro para os taxistas. Paradas de ônibus com banheiro para os motoristas dos ônibus, isso é mobiliário urbano!

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Pois é, Ver. João Bosco, então, nós temos que olhar para o mobiliário urbano com uma solução para todas essas questões. E, de novo, é um assunto muito importante o que está sendo votado por nós hoje, aqui, porque no bojo desse assunto está tudo isso: as floristas, as fruteiras, que não existem mais na Cidade, o que parcialmente se resolveu, que são os chaveiros e as bancas de revistas...

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Para ajudar, Ver. Valter, é uma indecência o que sofrem os nossos feirantes, que não têm sequer um banheiro químico que possam ir. Que nós pudermos ter esse acesso à mobilidade nas nossas feiras ambulantes, no nosso Brique da Redenção, só para citar alguns exemplos que precisam de sanitários.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Quando eu sucedi o Ver. Cecchim – e já peguei o assunto encaminhado -, nós fizemos um patrocínio com a Nestlé e com a Maggi e uniformizamos as feiras da Cidade, mas até hoje remanesce esse problema dos banheiros químicos para os feirantes. Outro dia, me ligou a Denise, da Feira Modelo, e disse que proibiram de entrar ali na Secretaria do Turismo para usar o banheiro! Mas o que é que querem que façam? Que as pessoas façam as suas necessidades na rua? Nós temos que avançar nessas coisas. Placa de esquina. A nossa licitação, vou falar de novo, com todo o respeito, eu tenho o maior carinho e o maior apreço – e estou falando isso de forma muito sincera – pelo Arnaldo Guimarães, pelo Prefeito, a quem devo lealdade, mas as coisas que estão erradas, nós precisamos dizer. Dizer que vão proibir a propaganda de esquina! A propaganda de esquina não serve a grandes anunciantes, ela não serve a uma Maggi, a uma Nestlé, ela serve a uma creche que está ali naquele quarteirão que, de repente, ali naquela plaquinha da esquina, quer colocar a creche tal. Ela não serve, por exemplo, para uma grande empresa de pedras lá do nosso companheiro Idenir Cecchim, que é um grande anunciante da Cidade, não vai se prestar para ali, não é, Cecchim? Mas para um pequeno anunciante, certamente, ajuda. Então, temos que avançar nessas questões todas.

Portanto, vou votar favoravelmente, Sr. Presidente, mais uma vez aqui, estou indo na esteira do meu companheiro Reginaldo Pujol, vou apoiá-lo porque acho que é um projeto importante, e é um projeto que acaba sendo nascido exatamente – é preciso que se faça uma autocrítica, estou fazendo aqui como integrante do Governo, como Vereador da base – de um vácuo que nós, como Governo, deixamos. Às vezes, por uma postura que não estabeleceu o correto diálogo, não delegando ao Secretário que estabelecesse o correto diálogo com esse setor tão importante, que gera renda, que gera emprego. Eu desejo, digo a vocês, que aqueles que foram, por uma questão de planejamento tributário, para a Região Metropolitana de Porto Alegre possam voltar a Porto Alegre. Que possamos

explorar em Porto Alegre, gerar emprego, arrecadar tributos, desenvolver a economia – aqui em Porto Alegre – e corrigir certos abusos, certas injustiças, como esta da SMAM, não somente dos operadores de mídia externa, mas dos lojistas: o cara bota lá uma placa na frente da sua loja e toma uma multa que inviabiliza a atividade econômica. Na semana passada, um outro amigo, eleitor – eleitor todos nós temos – cidadão acima de tudo e contribuinte, disse-me o seguinte: “Vereador, se eu tiver que pagar essa multa que a SMAM está me aplicando, eu vou ter que demitir sete ou oito pessoas”. Às vezes, o burocrata lá não faz esse cálculo; uma multa de R\$ 70 mil, R\$ 80 mil representa para muitos negócios o faturamento de dois, três meses, Ver. Goulart, que foi Secretário da SMIC. É possível, hoje em dia, com as margens de lucro pequeníssimas, que a gente abra mão de um faturamento dessa natureza? Então, por isso estou aqui dando a minha manifestação e votando favoravelmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Guilherme Socias Villela assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Aprego a Emenda nº 07, de autoria da Bancada do PT, ao PLL nº 220/14.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 220/14.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; meus cumprimentos a todos, eu quero também fazer a minha manifestação. Vereador que me antecedeu, Ver. Valter, eu tenho a impressão de que todos os Vereadores aqui não querem uma cidade poluída, não querem uma cidade sem regramentos. E o mínimo que um governo tem que ter é condições para fazer regras e fiscalizar a aplicação da publicidade e de outros serviços na Cidade, sob pena de não dizer por que está no governo.

Mais cedo, o Cecchim fazia um registro aqui, também, e, agora, eu conversava com o Dr. Thiago, que concordou veementemente com este Vereador a respeito de que, quando V. Exa. enfrentou as questões do Camelódromo, a grande dificuldade vinha, sim, da SMAM e da Epahc, daquele povo todo lá, e que, como Secretário, enfrentou duramente para fazer aquilo que está pronto hoje, que é o Camelódromo.

Eu tenho uma emenda, a Emenda nº 01. O que ela traz? A possibilidade de um técnico, um engenheiro, um arquiteto, assinar uma RT para autorizar a colocação de uma placa onde é permitido, é claro, porque aqui não cabe Epahc. Só em falar em Epahc, eu acabei perdendo até o meu discurso. Isso me perturba. Contem com o nosso apoio.

Mas eu quero buscar uma outra história. Ela é muito preocupante. Todos sabem que, no ano retrasado ou no ano passado, nem lembro mais, eu presidi uma comissão aqui nesta Câmara de Vereadores que queria tão somente resolver a falta de placas nas ruas desta Cidade. Fizemos várias reuniões. Vieram aqui os tais de GTs. Eu agora também já perdi o discurso de novo. É só eu ouvir algumas coisas que eu aprendi ao longo desses últimos anos a não acreditar mais que eu me perturbo. GT: Grupo de Trabalho. Pois até hoje nós não temos as placas nas ruas da nossa cidade. Aí, aqueles GTs e uma revoada daqui, dali, e uma notícia daqui, dali... Chegamos neste momento, que é a pretensão de fazerem – observem o que eu vou dizer, e eu já disse lá, tem vídeo gravado, o que eu vou falar hoje não é novidade –, eu desconfiava, de uma negociação em nome de resolver tudo. Bota casa de chaveiro, casa de revista, parada de ônibus, tudo junto! Pessoal, quando não se quer fazer nada... O preguiçoso, quando não quer fazer nada, diz: “Eu vou fazer tudo!” Não faz nada! Não fizeram nada até hoje. E essa licitação querendo fazer tudo me preocupa! Ai, ai, ai. Aí me preocupo!

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Não. Não, Ver. Bosco. Eu quero fazer com licitação; mas com a certeza de que não vai ter roubo, com a certeza de que não vão roubar. E V. Exa. foi Secretário, Bosco; um dos exemplares! Secretário da Copa que saiu sem um comentário, sem nenhum apontamento, é verdade! Mas não procure defender todos porque não é... Olha, hoje temos a cuidar. De onde nós menos esperamos sai o sujeito algemado. E tem em todos os partidos. Querer fazer uma licitação englobando tudo me leva à desconfiança e à certeza de que não querem fazer nada. Quem quer fazer tudo não faz nada! Faz uma coisa por vez, acerta. Regra! Não polui a Cidade, mas regra, fiscaliza!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 220/14.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, se alguém tem alguma expectativa maior, não dá para se esperar de um simples Vereador humilde que possa fazer alguma reversão de plenário ou direcionar. Eu tenho algumas dúvidas apenas. Por exemplo, Ver. João Bosco Vaz, V. Exa. foi convidado para um almoço para tratar sobre esse episódio? Não foi? Eu gostaria que quem foi convidado para esse almoço levantasse a mão. Poucos foram. Alguém foi convidado para um jantar? Levante a mão. Ninguém. Então não houve o jantar. Mas quero dizer que isso não tem problema algum. Também não vou fazer obstrução para votar no voto do Ver. Pujol, que pediu para votar e ele tem toda a razão. Ele está aqui há 3 anos querendo votar o projeto. Em respeito ao Ver. Reginaldo Pujol, não vou fazer nenhuma obstrução para votar. Aqui todos são livres para votar a favor ou contra o projeto, mas certamente hoje V. Exa. merece esta homenagem de que o projeto seja votado.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Fico grato a V. Exa. e quero lhe dizer o seguinte: no dia de hoje eu não o convido para jantar, mas amanhã, com toda a razão.

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu já fiz uma coisa para que o pessoal que está com a faixa não perca o emprego. Sou autor de um projeto de *outdoor* zero em Porto Alegre e retirei. Retirei para que não perdessem o emprego. O projeto está arquivado. Cabe retirar ou não o *outdoor* zero. Como em São Paulo, como é em quase todo o lugar no mundo. Só que também não podemos exagerar. A Prefeitura tem um decreto que regulamenta esse assunto, para que não se coloque *outdoor* em todos os lugares, nas árvores, em prédios que já estão funcionando como um que tem aqui perto da Perimetral, é uma garagem e está cheio de *outdoors*. É proibido, tem que levar multa. O comércio não tem nada a ver com esse projeto das multas da SMAM. O que está errado é o projeto ter um limite de botar uma propaganda deste tamanho e do lado do comércio, se tiver um terreno

baldio, tem 60 metros de *outdoor*. Isto é que está errado. Desvaloriza o setor do *outdoor*. O exagero desvaloriza. Recebi uma carta de um empresário deste setor, toda choramingosa. Não precisava pedir, dizer que “minha mãe está triste”. Não precisa fazer isso, ninguém vai morrer de fome, ninguém vai ser desempregado, até porque não sei se algum de vocês ganha uma comissão em cima disso, já que nenhuma empresa paga nada para a Prefeitura. Os funcionários estão sendo explorados, sobem em poste em dias de chuva, perto de fio de luz, e ganham alguma coisa a mais? Não ganham! E essas empresas não pagam nada para ajudar o mobiliário urbano, Ver. Valter, nada, zero! Essa placa que diz: “E se o Governador resolver fechar a RS-030 para valorizar a concessão da *freeway*?” “Prefeito, valorizar a licitação do mobiliário urbano impedindo a publicidade privada. Isso é legal?” Mas claro que é, o espaço é público, não é de empresa nenhuma, e já estão explorando isso há muitos anos, explorando o espaço urbano da Cidade há muitos anos, exagerando. Retirei o *outdoor* zero, mas vai voltar, através de lei ou de decreto, aí vocês vão se queixar, porque são olho grande, e olho grande cria remela. Quero ver se essas empresas têm o peito de dizer a seus funcionários que vão ajudá-los a pagar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Não vão pagar mais, vão explorar o Município ainda mais. Certamente esse projeto vai ser vetado pelo Sr. Prefeito, estou antecipando o que vai acontecer. É o exagero, não quiseram seguir o decreto, acharam pouco, vão ficar sem nada. Vão ficar sem nada! E aí quero ver vocês explicarem aos funcionários, que trouxeram aqui a tarde toda. Se um deles tiver um filho com febre e faltar, eles descontam o dia e o domingo, mas hoje, que era o interesse para explorar, trouxeram todos vocês aqui. E quando vocês faltarem uma tarde por causa de um filho doente, eles vão descontar o salário de vocês. Ou vão até demitir. É isso que eles fazem, não são bonzinhos assim, não. Nunca foram, e nunca serão. Exploram a Cidade, exploram os funcionários, e vão continuar fazendo isso. (Vaias.) Eu não tenho que fazer média nenhuma com ninguém. E não tenho medo de vaia, até porque nenhum de vocês vai votar em mim.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em discussão do PLL nº 220/14, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. João Bosco Vaz, isso me oportuniza, e não é para entregar a Cidade para ninguém, nem para ti, nem para ele. A cidade é de Porto Alegre, o senhor não vai mais explorar a Cidade como explorou até hoje: de graça, de graça, sem dar nada para os funcionários, sem dar nada para ninguém, para ninguém! Vocês exploram esta cidade há muitos anos. Isso terminou, acabou, acabou!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Vai explicar para a Cidade, para mim não precisa explicar nada, eu não trabalho com esse setor, não quero a demissão de nenhum funcionário, mas quero... Até podem continuar fazendo, não tem problema nenhum, mas paguem, entrem na licitação. Por que não querem entrar na licitação? É porque tem que pagar? É por isso, não querem pagar nada para a Cidade. Vai ter licitação, sim, e vocês estão convidados a entrar, não queiram ficar na beira, para não pagar nada, explorar a Cidade, explorar os funcionários. Se eles faltarem meio dia, podem me ligar, para o meu gabinete, que eu vou denunciar. Porque hoje vocês estão todos aqui e se faltarem na empresa, eles descontam, me avisem que eu vou reclamar. Era isso, Ver. João Bosco que nós precisávamos esclarecer para a Cidade. O comércio não tem nada a ver com isso, as multas não são dadas para o comércio por causa desses *outdoors*, não são eles os culpados, nem os comerciantes, isso eu concordo com V. Exa., Valter. É exagero as multas que são dadas para o comércio, mas não tem nada a ver com esse projeto, não misturem! Não misturem comerciantes sérios que são prejudicados pela SMAM com esse projeto. Não misturem! Isso aqui é um setor bem defendido, bem organizado – e tem que ser organizado, não tenho nada contra a organização, nem que tragam as pessoas aqui para fazer *lobby*. Não tem problema nenhum, podem fazer, mas tragam organizados para aprender a pagar para a cidade de Porto Alegre, para ajudar a botar plaquinha na rua, e não fazer como as bancas de revista e as bancas de chaveiros, que saíram lá do meio da

quadra e vieram para a esquina. Um milagre, Ver. Dr. Goulart, vieram do meio da quadra para a esquina, sem pagar nada.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Mas mais sério que o senhor! Pode ser mais sério que o senhor! O senhor pode se misturar com o Cunha, eu não, não tenho nada a ver com isso. Eu quero dizer que não dá para fazer coisa em cima da calçada, não é só banca de revista, banca de chaveiro, banca disso e daquilo, orelhão – tudo, tudo de graça. Para quê que tem que dar de graça? Por quê? O Município precisa de dinheiro, precisa botar sinalização, precisa botar o nome das ruas nas esquinas. Por que vocês nunca ofereceram isso? Em troca de um *outdoor*, tanto.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Parabéns, é isso mesmo. Tem que oferecer alguma coisa em troca. Então, entrem na licitação que vai dar certo. A licitação, eu acho que não é tão cara assim. Vamos entrar na licitação, vamos contribuir com o Município, todos! Garanto que os funcionários de vocês vão ficar muito mais felizes e virão aqui sempre que vocês convidarem, até no sábado ou no domingo, não precisa ser em horário de expediente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 08, de autoria da Bancada do PT, ao PLL nº 220/14.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 220/14.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, quero trazer um abraço e fazer uma saudação a todos e a todas. Eu, ouvindo o Ver. Cecchim, começo pelo seu começo. O Ver. Pujol me convidou para almoçar na casa dele, meu velho e querido amigo Pujol, que somos Vereadores há quase 30 anos, e eu fui. Essas relações internacionais, como diz a Vereadora, não têm nada de

pró, nem contra, nem a favor, o Pujol me convidou para que lá, Vereador, se explicasse o projeto. Foi isso. E eu fui e iria de novo. E, aliás, vou sempre; é só me convidar que eu vou. Principalmente, tu tens razão, Ver.^a Sofia, a comida é boa. Mas eu quero dizer que aqui se cria uma celeuma, uma verdadeira confusão num projeto de lei para Porto Alegre. Todos nós temos o direito, aliás, o dever, Ver. Pujol, de tomar uma posição. Achamos certo, achamos errado, tem problemas, não tem. Agora, o que nós não temos o direito é de vir a ridicularizar posições contrárias. Portanto, eu quero dizer que respeito a posição do Ver. Cecchim, mas eu estou votando favoravelmente ao projeto. Quero dizer mais uma coisa: quantas vezes, quantas tardes e quantos dias a Câmara recebe pessoas com as suas manifestações: “quero que votem ‘sim’ ao projeto A; ‘sim’ ao projeto B”. Isso é da democracia, isso é bom para a Cidade, é bom para quem está aqui manifestando a sua posição, que pode ser contrária à minha ou não, mas é preciso respeitar. Dizer que vocês não recebem, não vão receber, vão trabalhar de graça... Nem todos os empresários têm essa posição. Existe, em todo e qualquer setor – eu sou funcionário público –, gente boa e gente ruim.

Eu estou aqui para dizer que apresentei uma emenda a este projeto, que, aliás, nasceu na casa do Ver. Pujol. Eu fui Presidente da Comissão Especial das Creches da cidade de Porto Alegre, a nossa Comissão funcionou muito bem, nós tomamos diversas posições. A creche conveniada é aquela escola das periferias que recebe as crianças, dá a sua educação infantil e, para se ter uma ideia, essas escolas infantis recebem, por dia, R\$ 7,50, R\$ 8,00 por aluno, para café da manhã, almoço, café da tarde, janta, ensino, aconchego – R\$ 8,00 por dia. A proposta que eu apresentei é que se possa também inserir publicidade nessas escolas infantis, para que haja possibilidade de um ganho por parte das escolas, que seja importante para todos.

Para concluir, quero dizer o seguinte: qualquer publicidade colocada na creche, seu conteúdo precisa ser previamente aprovado pela SMED, que é a nossa Secretaria Municipal de Educação.

Ver. Pujol, um projeto que está tramitando desde 2013, e que hoje votaremos, teve, sim, um tempo extraordinário de pauta, de discussão, passou pelas Comissões, portanto, sem nenhuma dúvida, votarei favoravelmente ao projeto, juntamente com a emenda que nós apresentamos, e peço que todos sejam favoráveis. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 220/14.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, senhoras e senhores e, especialmente, comunidade que acompanha a votação deste projeto de lei de iniciativa do Ver. Pujol, eu gostaria de relativizar aqui o discurso do Ver. Cecchim, a quem eu respeito muito por ter opiniões muito fortes. Eu quero discordar, respeitosamente, do Vereador, porque, em diversas oportunidades, pessoas que tentaram resolver situações que dizem respeito a *outdoors*, a instalações de propagandas – no comércio também, Ver. Valter – e a placas de estabelecimentos comerciais tiveram dificuldades e demoraram um tempo enorme, Ver. Cecchim, para conseguirem solucionar questões que dizem respeito a propagandas que têm um determinado impacto visual – impacto visual que eu entendo razoável, Ver. Dinho. Eu tenho, inclusive, uma responsabilidade partidária, faço um trabalho de relações internacionais.

Nós, que viajamos bastante, achamos uma aberração o que fizeram lá em São Paulo terminando com os *outdoors*. Isso não é razoável, e eu não concordo com esse encaminhamento. Nós não vamos transformar Porto Alegre, Ver. Goulart, na 5ª Avenida Center, mas o mobiliário urbano e a licitação relativa às propagandas nos espaços públicos devem seguir um determinado conceito. Se eu sou proprietário, Ver. Cecchim, de um imóvel e quero explorá-lo dentro de um determinado conceito que não seja subjetivo – da lavra da caneta do funcionário, que, através de um decreto, interpreta do jeito que quiser quem pode e quem não pode –, acho que é válido, porque está gerando emprego, está gerando renda, está oportunizando que se passe uma mensagem ou se dê um recado. E aqui está o nosso tesoureiro do Creci, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis. Nós fizemos uma campanha com 30 *outdoors*: “Imóvel só com Corretores de Imóveis”, e deu uma repercussão importante! Se não fosse importante, os marqueteiros não sugeririam *outdoors*. Existem os *busdoors*; claro, o mobiliário urbano que vai licitar relógio. Acho que se na licitação do Poder Executivo da nossa Prefeitura, o nosso Governo entender que os relógios têm que ser uma divulgação pública, então não pode haver concorrência. Então, no terreno particular não pode haver relógio! Tudo bem! Mas

pág. 54

acho que essa regulamentação, essa arbitrariedade e esse subjetivismo do decreto: troca o secretário, troca o decreto... Está ali o Ver. Tessaro, que foi comigo na época do Ver. Beto Moesch, o decreto valia mais do que a lei! Então, eu entendo que o Ver. Pujol está dando a contribuição dele numa área importante que vai gerar emprego e renda e que vai oportunizar que essa ferramenta, o *outdoor*, *busdoor*, enfim, outras que estão contempladas no projeto. Que possa o proprietário do terreno, respeitando se não der para podar uma árvore para colocar o *outdoor*, e o cidadão quiser colocar com a árvore na frente, o problema é dele! Mas se ele seguir a regra e cumprir a lei nas distâncias, afastamento, tamanho, largura, altura, não pode um “burrocrata” sentado atrás da mesa dizer que não pode, porque não quer, porque acha que não dá, que vai atrapalhar o impacto visual, causar uma poluição visual. Não! Tem que ter regramento! Do jeito que está, está sem regramento! Na base do decreto, já demorou muito para regulamentar! Quero cumprimentar o Ver. Pujol. Quero dizer que o projeto tem mérito, sim, e que ele não concorre com o mobiliário urbano. Ele diz respeito a questões de utilização de espaços privados, essencialmente. Fica aqui a nossa contribuição e o nosso entendimento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para discutir o PLL nº 220/14.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos visita aqui nas galerias, num primeiro momento, eu acho que é um assunto extremamente técnico, que a gente tem que falar, e não adentrar em situações peculiares, familiares, que não cabem aqui, que ficaria melhor a conversa em instituto de beleza. Nós temos que falar aqui coisas que vão trazer desenvolvimento para esta Cidade. Como pude, no DEMHAB, fazer um trabalho voltado ao desenvolvimento, e na SMIC muito mais, não poderia trincar aqui a necessidade de evolução desse segmento, que é justo que estejam até ao fim desta Sessão, os homens que estão aqui lutando pelo seu emprego, pela sua renda, pela sua dignidade. É justa essa presença aqui, e eu os saúdo e cumprimento pelo sacrifício que estão fazendo neste momento. Lutar pelo seu ganha-pão, lutar para dar condições melhores para a família é uma condição e um desejo que todos

nós temos, cada um no seu setor. O setor de *outdoor* e propaganda não deve ser demonizado. Por que ser demonizado? A não ser que haja interesses internacionais atrás disso, que haja outros interesses que a gente não sabe que estão vindo por aí. E prestem bem atenção, nós temos que resolver no âmbito da brasilidade, no âmbito do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre; é isso que interessa. Não coisas que venham da moral burguesa de outros cantos deste mundo.

Então, não concordo que os nossos homens, que trabalham fornecendo empregos, pagando impostos, fazendo desenvolvimento para a Cidade, sejam chamados de pessoas exploradoras, sejam chamados de pessoas erradas. Eu conheço uma maioria deles, são pessoas dignas, homens que cresceram na sociedade, homens que trabalharam muito, filhos que trabalham com pais! Não é possível a gente levar isso para um outro âmbito, que não seja o de manter o emprego. Interessa-me muito que a escola de samba, o Estado Maior da Restinga, que é a nossa escola, minha e do Ver. Pujol, que a Praiana, que todas elas tenham uma renda, um subsídio que venha do aluguel dos seus espaços, para que se coloquem esses *outdoors*, essas propagandas, desde que regulamentadas e legais. Esse segmento mais desprovido, o do carnaval, faz aquela maravilha de festa com uma ninharia de dinheiro, com pouquíssimo dinheiro, que seja justo que eles possam alugar os seus espaços para que a propaganda seja regulamentada. Eu mesmo fiz uma emenda para o projeto do Pujol, é uma emenda regulamentando como usar as empenas cegas. Empenas cegas são os lados dos edifícios que não têm janela.

(Aparte antirregimental.)

O SR. DR. GOULART: Sim, mas ele está dizendo que é lei do Garcia. Que bom. Estamos regulamentando isso. Existem muitas leis, mas estamos regulamentando isso. Não é a *la loca* que estamos fazendo isso. Se nós queremos desenvolvimento na cidade, temos que nos comunicar com a população, as pessoas têm que falar dos seus trabalhos, vender os seus produtos, só pelo radio, não, só pela televisão, não, que seja por *outdoor*. Que pena que tiraram os *outdoors* das campanhas eleitorais, deviam permanecer os *outdoors* nas campanhas eleitorais. Se eles queriam controlar o dinheiro, para que não se gastasse muito, que botassem um número, por exemplo, tal partido pode botar cinco *outdoors*, tal

pode botar dez, mas botando *outdoor* para que a gente pudesse publicar as nossas propostas, sem sujar a cidade. Abaixo as leis.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 220/14.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, prezados visitantes aqui da Câmara, quero dizer que, para nós, vocês são sempre bem-vindos, que venham sempre para acompanhar os debates da Casa, esta é a Casa do Povo, tem que ter a pluralidade e o respeito, mesmo tendo contradição com um ou outro. Eu sou um Vereador que não sou da base do Governo, por isso me sinto à vontade aqui, Ver. Idenir Cecchim, para fazer algumas análises do porquê estamos debatendo esse tema. Nós só estamos debatendo esse tema aqui na Casa, que diz respeito aos audiovisuais da cidade de Porto Alegre, por uma insuficiência da gestão que não tem a elaboração com clareza, com nitidez, e que faça uma política de relacionamento onde possa ouvir e dar espaço ao contraditório. É por isso que nós estamos debatendo esse tema aqui. Esse tema já deveria ter sido resolvido há muito tempo. Eu quero dizer ao Ver. Idenir Cecchim que, como Presidente da CUTHAB, junto a outros colegas Vereadores, nos anos de 2010-2011, realizamos várias audiências públicas aqui na Casa para construir a política do mobiliário urbano, para criar um regramento com o qual pudesse ser feito um edital que contemplasse a universalidade e que respeitasse o que nós temos de criatividade e desse oportunidade às pequenas e médias empresas de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil. Isso é trabalhar contra o monopólio. E já que estamos falando em monopólio, prezados Vereadores da base do Governo, e o monopólio dos ônibus, que foi feito edital para continuar mais do mesmo e não melhorou nada no transporte público de Porto Alegre? E o monopólio do Departamento de Esgoto Pluvial, que a imprensa relatou nesta semana que estão roubando milhões dos cofres públicos e não tem fiscalização? E o monopólio do lixo urbano, onde são pagos milhões a contratos que são prorrogados sem licitação?

Portanto, Ver. Idenir Cecchim, o Governo é seu. O Vice-Prefeito é do seu partido, o PMDB, que tem a pretensão se ser Prefeito da Cidade. É esse o debate que temos que

fazer aqui. E, se é para falar em monopólio, eu quero dizer algo que já disse desta tribuna: vai sair a licitação do mobiliário urbano e quem vai ganhar a licitação não é uma empresa de Porto Alegre, nem do Brasil, será uma empresa internacional, francesa, chamada JCDecaux. Escrevam aí. Eu disse e vou dizer as mesmas palavras que disse há dias: Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e demais órgãos de fiscalização, analisem se quem vai ganhar essa concorrência, essa licitação não será a JCDecaux.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo aparte. Agora o senhor me deixou preocupado, porque eu venho me perguntando se, não falei demais, no passado, no período em que eu presidia aquela Comissão – V. Exa. também esteve por lá –, na qual eu dizia que uma grande licitação gera desconfiança, e agora o senhor dá o nome da empresa! Então, eu não estava ou não estou tão errado. E é francesa.

O SR. ENGº COMASSETTO: Com todo amor que temos pela culinária francesa, se tiver um almoço ou um jantar com o cardápio francês, pode nos convidar, que iremos, porque nos outros que saíram por aí não fomos em nenhum deles. Assim, como dissemos aqui em 2011, em 2012, em 2013, em 2014, em 2015 e no dia 16 de março de 2010, que o DEP estava fazendo contratações e que estava pagando por serviços não realizados. Não quiseram nos ouvir. A imprensa pegou esse filão e foi pesquisar. Estamos adiantando um debate aqui que está todo escrito para acontecer. Mas é bom que venham empresas assim, agora nós vamos matar as empresas locais – isso será monopólio, Ver. Cecchim –, e é este o debate que precisamos fazer. Nós apresentamos duas emendas porque achamos contraditório o projeto, uma em relação às escolas, e outra em relação à vegetação que existe na Cidade. Queremos dialogar com os autores do projeto para podermos verificar se isso é possível ou não. Um grande abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 220/14.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero ser muito objetivo pelo avançado da hora. Percebo que esta Casa, desde a última discussão que tivemos sobre esta matéria, está qualificada e preparada para decidir sobre ela. Disse inclusive ao meu querido amigo Idenir Cecchim que eu gostaria de hoje ver uma decisão sobre este assunto, é um desejo que toma conta de mim depois de uma grande peregrinação. Aliás, para quem está ouvindo a transmissão direta desta Sessão da Câmara de Vereadores, quero que todos saibam que o lugar onde recebi vários Vereadores é o meu escritório, não é nenhum lugar oculto ou clandestino, onde eu já recebi as mais gratas pessoas de Porto Alegre, nem todas para almoçar. O Ver. Idenir Cecchim, por exemplo, lá já esteve, sentou no mesmo lugar que o Ver. Ferronato sentou, e nos deu o prazer de estar conosco um largo período, acompanhado de excelsas pessoas, entre as quais o Presidente do seu partido e o Vice-Prefeito de Porto Alegre, seu candidato a Prefeito, o que nos deu muita honra.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Por favor, o senhor esclareça que eu não fui tratar de nenhum projeto lá. Esclareça que eu não fui tratar de nenhum projeto no seu escritório.

O SR. REGINALDO PUJOL: Lamentavelmente, não foi tratar de nenhum projeto. Deveria tê-lo feito, porque lá nós discutimos projetos da Cidade com muita frequência. Raras são as pessoas daqui que lá não estiveram conosco e terão a oportunidade de estar. Infelizmente, o Ver. Paulinho Motorista não pôde ir quando foi convidado, mas o Ver. Ferronato, Ver. Márcio Bins Ely e o Ver. Nedel lá estiveram. Vários Vereadores, e todos eles são autores de emendas a este projeto de lei. E eu acho que eu cometi um grave crime: eu socializei a discussão deste projeto. Participei de largas discussões sobre isso com o Ver. Valter Nagelstein, que foi Secretário Municipal da Indústria e Comércio. Em suma, senhores, nós estamos diante de um projeto que é pretensioso, tem uma enorme pretensão. Resumindo, nós queremos que prevaleça em Porto Alegre a lei, hoje submetida a decretos, que a ela se sobrepõem, e, evidentemente, quebra-se a hierarquia do processo legislativo. É por isso que nós fizemos uma lei. A proposta original é toda voltada para melhor qualificar e identificar, racionalizar dispositivos de uma legislação vigente há vários anos aqui na cidade de Porto Alegre. E eu digo a todos os senhores que

eu acho que essa lei não vem sendo respeitada, até porque editaram um decreto que se sobrepõe a ela. É isso que nós queremos regular. Acho que a matéria colocada no decreto, se entender que ela deva prevalecer, que se faça um projeto de lei, emenda, enfim, e que a Casa decida. Se não, senhores e senhoras, nós estaremos aqui decidindo sobre o quê? Se as nossas leis não valem, se um decreto feito pela burocracia administrativa do Município prevalece, é maior do que a nossa lei, não tem sentido nós legislarmos.

Então, senhores, eu não vou me alongar. Nós estamos muito longe, eu sei que eu estou numa Casa onde homens e mulheres que a compõem têm as suas posições, as suas convicções. Não será um almoço a mais ou a menos que irá fazê-la se modificar! Não há de se crer que nós estejamos negociando apoio para o projeto oferecendo um modesto almoço em nosso escritório. Quero convidar o Ver. Idenir Cecchim não hoje, para não ficar dúvida, mas amanhã, para uma grande janta, fora do meu escritório.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 220/14.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Eu estou há mais de dez anos esperando as placas indicativas das ruas de Porto Alegre. Há uma necessidade de 50 mil, 60 mil placas de rua indicativas de Porto Alegre, e ainda não tive a graça de ver a Prefeitura entregando essas placas.

O Sr. Engº Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Carlos Nedel, eu não posso deixar aqui de lembrar que o Ver. João Antonio Dib votou uma lei dizendo que 2010 era o ano de colocação de placas em Porto Alegre. Já se passaram seis anos e as placas não vieram. Faço uma homenagem aqui ao Ver. João Antonio Dib.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Perfeitamente. O projeto que nós estamos estudando aqui para ser apresentado e votado não diz nada a respeito das licitações que estão em andamento, ou estavam em andamento. Se o meu amigo Cecchim estivesse nesse

almoço, certamente ele leria o projeto. Ele não leu o projeto, portanto, falou coisas que não estão no projeto. Eu vou ler rapidamente, ilustre Ver. Delegado Cleiton. O projeto fala em: tabuleta luminosa ou iluminada, confeccionado em material apropriado, painel eletrônico ou de LED, luminoso ou iluminado, painel em empena, luminoso ou iluminado. É isso! Não fala nos aspectos que nós estamos tratando nas licitações. Nós estamos tratando licitação dos relógios, cuja contrapartida é de 8 mil placas, e mais uma retribuição à Prefeitura de 240 parcelas de R\$ 25 mil, ou seja, um absurdo dos absurdos. Para as coberturas das paradas de ônibus também existe uma contrapartida de placa e contrapartida de remuneração. Portanto, Ver. Cecchim, não diz nada sobre o que o senhor falou, sobre placa de rua, sobre licitação, são outros assuntos, outros aspectos.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Nedel, eu lhe agradeço pela tentativa de V. Exa. me esclarecer. Eu acho que pior do que não ler o projeto, é ler e não entender! V. Exa. está lendo aqui uma coisa que não tem nada a ver com isso que nós estamos votando! Ou é pior: melhor não ler. Se for para ler e interpretar como V. Exa. interpretou, melhor não ler, melhor é ser quase analfabeto!

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: É, eu acho que sou analfabeto mesmo. Mas nós estamos votando este projeto, que é o original, que eu peguei aqui na Mesa Diretora, e eu sei ler, ainda; pode ser que, em breve, não saiba mais. (Palmas.) Meu ilustre colega, Ver. Cecchim, V. Exa. é um empreendedor – um empreendedor de respeito –, acho que o senhor exagerou aqui com os funcionários das empresas, que estão aqui efetivamente defendendo a sua empresa que lhes gera salário, vendo essa parceria entre empresa e empregado. Então, acho que, Ver. Cecchim, o senhor deve desculpas aos funcionários das empresas aqui. (Palmas.)

O projeto não prevê contrapartida. Sim, mas o que a Prefeitura deve fazer? Regulamentar, e aí colocar as contrapartidas que ela julgar importantes. Portanto estou discutindo e já encaminhando pela aprovação do presente projeto. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a prorrogação da Sessão por mais duas horas.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 220/14.

O SR. DR. THIAGO: Ver. Reginaldo Pujol, eu não tenho nenhuma emenda ao projeto. Eu não fui ao almoço tão prolatado. Não. Mas, por coerência, eu vou votar favoravelmente. (Palmas.) Eu tenho placas anunciando a minha atividade como médico na Cidade. Então, como não vou votar favoravelmente ao projeto?! Como?

Não é de hoje que a Prefeitura não faz. Não é de hoje que a Prefeitura não regulamenta situações. Não é de hoje que a Prefeitura é incompetente nessas ações. Não é de hoje que os problemas da Cidade que não são resolvidos no Paço vêm para esta Casa. Não é de hoje. Nesta Legislatura, nós começamos até pela invasão da Câmara! Que era uma invasão ao Paço Municipal. Todos sabem aqui! E o problema foi projetado para a Câmara. Nós estamos vendo agora a questão do Uber: o problema é de regulamentação do Executivo Municipal e é projetado na Câmara de Vereadores. E nem se fala na questão do mobiliário urbano. Então, o Executivo não tem gerido a Cidade. Esta é a verdade! Não tem gerido a Cidade. Se o Executivo não tem gerido a Cidade, acho que a Câmara de Vereadores tem a obrigação de fazer. E é isso que devemos fazer aqui. Acredito, Ver. Pujol, que isso é uma visão de cidade. E eu acredito que as situações que nós vimos hoje, pelo menos no meu âmago, passam a ter um reflexo porque é uma visão de cidade. Nós temos essa visão de cidade. Nós temos uma visão de cidade desenvolvimentista. Nós temos uma visão de cidade que tem que estar aberta a receber investimentos e a poder regulamentar a partir também da iniciativa dos privados. Esta é uma visão de cidade. E as visões de cidade estão sendo colocadas todas aqui, com as suas coerências e com as suas incoerências. Então, eu, que não tenho emendas, eu, que não participei de nenhuma confraternização também não teria problema de ter participado, acho que, nos almoços e jantas, nas reuniões, se discute, sim, a Cidade; acho que isso não pode ser marginalizado; acho que não se pode tirar uma segunda e uma terceira visão desse processo, tentar macular essas questões, que são republicanas,

que podem ser reuniões republicanas; acho que, a partir disso, a gente começa a olhar. E estamos num período de definir isso.

Nós vamos decidir as visões que vamos ter da Cidade, as visões que combinam com a nossa visão e as visões que não combinam com a nossa visão. As visões que, pelo menos quando não combinam com as nossas visões, te escutam e não espezinham as nossas visões. Então, é mais do que um projeto o que está sendo discutido aqui hoje, também; está sendo discutida uma visão da cidade de Porto Alegre; estão sendo discutidas as visões que os nossos partidos têm da cidade de Porto Alegre neste tema específico, sim, mas as visões que os nossos partidos têm da cidade de Porto Alegre. E a visão do Democratas é uma visão de votar junto com o Ver. Pujol. A visão do Democratas é – e deste Vereador, aí não é do Ver. Pujol, é deste Vereador – de que a Prefeitura tem sido incompetente para regular a Cidade. E, se a Prefeitura se omite de fazer isso, é obrigação da Câmara de Vereadores fazê-lo. Esta é a minha opinião.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 220/14.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, trabalhadores rodoviários, trabalhadores do setor de publicidade, nós falávamos aqui que vai ter uma licitação é uma coisa bonita, quando nós sabemos que a licitação permite que somente os grandes tubarões dela participem. Ela permite que somente quem tenha uma grande quantidade de dinheiro possa fazer o depósito, possa comprar o edital e participar dessa licitação.

Agora eu me pergunto: por que a Prefeitura não faz a licitação por modal? É tão bonito, agora, falar em modal. Por que a Prefeitura faz a licitação de um todo da publicidade de Porto Alegre? Vários Vereadores aqui deram exemplo de uso dos *outdoors* em Porto Alegre. O Ver. Dr. Thiago deu exemplo aqui, o meu partido mesmo usou vários *outdoors* em Porto Alegre, na Região Metropolitana, no Vale dos Sinos, para propagandear o *impeachment*. A Central que eu presido vem usando vários *outdoors*. O Ver. Cecchim usa *outdoors* para propagandear a sua empresa de pedras em vários canteiros de obras. E aí nós queremos simplesmente que o mobiliário seja feito por eletrônicos. Aí vamos a Paris,

pág. 63

a Washington, a Chicago, a Londres, e vemos aqueles painéis eletrônicos: “Ah, que bonito”. Nós estamos em Porto Alegre. Nós queremos entregar Porto Alegre às multinacionais? É que nem a questão do transporte: tem que entregar às multinacionais. Transporte aéreo nós entregamos para as multinacionais, olha o que está acontecendo nessa questão. Por que a Prefeitura não licitou a questão da mobilidade urbana?

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Janta, nada para contrariar, mas só para esclarecer, a cada placa que o senhor vê minha, tem muito mais funcionários, provavelmente, do que muitas empresas de *outdoors*. Então, onde há placa, tem gente trabalhando.

O SR. CLÁUDIO JANTA: É isso, concordo com o senhor, é que nem os anunciantes que anunciam no *outdoor*. Uma pessoa que anuncia no *outdoor*, uma empresa que anuncia no *outdoor*, por exemplo, a Força Sindical, quando anuncia no *outdoor*, representa milhares e milhares de trabalhadores; quando ela anuncia no *outdoor* o fim do fator previdenciário, ela representa milhões de aposentados. Porque é uma mídia que ainda favorece às entidades fazerem anúncios. Um pequeno comerciante, quando anuncia o seu produto no *outdoor*, permite que ele faça a propaganda do seu produto.

Agora, o que eu não consigo entender é aquele *outdoor* que tem lá perto do Shopping Iguatemi, que é um *outdoor* imenso, de uma empresa só que funciona lá, está lá há décadas, e é de uma empresa só! Uma empresa só que anuncia há uma década num *outdoor* que tem toda a extensão de um terreno. E aquele terreno é uma nesga. E acho que aquele terreno é público. Até hoje - eu estou há três anos aqui - eu não vi entrar nada sobre aquele terreno. Deve ser igual a alguns ferros-velhos de Porto Alegre: daqui a pouco aparece! E está lá uma multinacional, uma marca de uma empresa multinacional, uma das maiores marcas do mundo, anunciando em toda a extensão do terreno, dos dois lados: da Av. João Wallig e da Av. Nilo Peçanha. De ponta a ponta anunciando.

Por que um pequeno não pode? Por que um bazar não pode anunciar num *outdoor*? Eu acho que nós temos que aprovar o PLL nº 220/14 para manter os empregos em Porto Alegre. E a Prefeitura que faça licitação das bancas, faça licitação dos relógios, faça licitação por partes; não uma grande licitação favorecendo as grandes multinacionais. Porque a Prefeitura vem fazendo isso em vários setores: favorecendo as grandes

empresas multinacionais, que entram, destroem as pequenas empresas, destroem as empresas locais e depois vão embora, como têm feito em vários países. E algumas têm sido até banidas de vários países.

Então, vamos encaminhar para votar, mas não pela massa com arroz e feijão, que o Ver. Reginaldo Pujol nos ofereceu. Estivemos lá eu, o Mario Manfro, o Dr. Goulart, o Thiago, o Delegado Cleiton, comemos um bom macarrão com uma carne de panela... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLL nº 220/14.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, confesso aos senhores que eu era uma das milhares de pessoas que assistiam à TVCâmara. Acho que muitas vezes o debate aqui se torna desrespeitoso quando fugimos do teor de um projeto e brincamos aqui com dignidade e desrespeitando os colegas. Essa questão de janta, almoço, coisa parecida, para que vê aí na rua, para quem ouve, para quem está assistindo parece que existe uma segunda intenção. É muito fácil acreditar na segunda intenção quando nós vimos, muitas vezes, o que acontece com alguns políticos e com alguns partidos que têm, infelizmente tem que ter, o ser humano e o ser humano se divide em corretos e honestos e alguns lixos que temos visto no que está acontecendo na política nacional. Quando faço aqui uma defesa faço a defesa da Cidade. Que tipo de cidade nós queremos? Eu quero uma cidade que respeite o meio ambiente, mas também quero uma cidade que respeite quem dá emprego. Um pai de família sem emprego muitas vezes é o que o transforma em bandido. Eu quero trazer este lado da segurança pública que estamos vendo hoje. Muitos bandidos aí e creio que alguns até por estarem desempregados. Quando falaram aqui, os senhores que trouxeram seus funcionários, vi isso aqui na discussão do feriado do 20 de novembro, quando encheram aquele lado todo de funcionários, e nem por isso falaram. E até respeitei, porque os funcionários estavam ali defendendo seus empregos. Eu até escrevi algumas interrogações aqui: as empresas pagam taxa de licenciamento ambiental para o Fundo de Meio Ambiente; os donos pagam os terrenos particulares; e as empresas pagam ISS. Então se paga imposto, se paga o

pág. 65

Município. E o principal, senhores, o fomento a alguns territórios da cultura. Muitos que estão assistindo a TVCâmara não sabem – e está aqui o Maricato, que anda pelo carnaval de Porto Alegre –, mas muitos clubes e escolas de samba têm, nesse trabalho dos senhores, uma forma de arrecadar.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. DELEGADO CLEITON: Exatamente. Mas estou falando que está sendo proibido? Estou falando que fomenta, que a lei é para regulamentar esse tipo de fomento. (Palmas.) Inclusive clubes, CTGs. Então, senhores, quando se fala aqui em fomentar empregos, se fala aqui em transformar a Cidade numa Cidade que tem informação, mas que não passe por cima do meio ambiente. Eu gostaria de pedir aos colegas um voto em favor deste projeto em respeito a esses profissionais. Obrigado, senhores. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a indicação da Ver.^a Sofia Cavedon para exercer a Liderança de oposição, a contar desta data, 13 de julho de 2016, em substituição a Ver.^a Jussara Cony, como a própria havia anunciado. Assinam Ver.^a Jussara Cony, Ver.^a Fernanda Melchionna e Ver.^a Sofia Cavedon, Líderes do PCdoB, PSOL e PT.

Em votação o PLL nº 220/14. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 220/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, senhores e senhoras, prezados trabalhadores e trabalhadoras, a nossa Bancada, na fala do Ver. Eng^o Comassetto, deixou claro a nossa posição. Nós estamos vivendo mais um momento em que esta Casa precisa agir, porque, ou o Governo se omite, ou regulamenta para além da lei. Então, a minha fala aqui, em nome da Bancada, é que nós temos algumas preocupações, que nós expressamos em duas Emendas. As Emendas, uma delas para preservar as áreas de densificação verde, as áreas de proteção ambiental, porque essa ambiência para nós tem que ser preservada da interferência que polua. E também estamos destacando o tema das escolas, achamos que se tem que manter uma regra atual. Então, apresentamos essas duas Emendas para

o debate com os senhores e senhoras, queremos deixar muito claro que respeitamos profundamente a presença de vocês e a luta pelo seu espaço de trabalho. Isso é legítimo, é digno, ninguém aqui pode ser tratado de forma agressiva e desrespeitosa. Nós não concordamos com esse método. Vocês estão lutando pelo que acreditam, sempre são respeitosos conosco e com a nossa relação. Nós vamos votar numa construção coletiva da nossa Bancada, que tem instruções à poluição visual luminosa na Cidade. Mas na impediremos que a luta de vocês aqui se realize. E pedimos desculpas pela tarde toda aqui, porque há projetos complexos. Mas sucesso para a luta de vocês.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, a Emenda nº 01 ao PLL nº 220/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 18 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 02 ao PLL nº 220/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 15 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 03 ao PLL nº 220/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 12 votos **SIM**, 8 votos **NÃO**; 6 **ABSTENÇÕES**.

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 04 ao PLL nº 220/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 18 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 05 ao PLL nº 220/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 18 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 06 ao PLL nº 220/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 07 ao PLL nº 220/14, (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 6 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**; 4 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 08 ao PLL nº 220/14. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 220/14. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**

O Sr. Adeli Sell: Como havia solicitado, passo a ler a Declaração de Voto. (Lê.): “Por falta de diálogo, por negarem nossa proposta de reunir e buscar uma posição estética viável, votamos ‘não’. Continuamos abertos a fazer o diálogo sobre o mobiliário urbano. Esperamos que, desta maneira, possamos ajudar a contribuir, até para evitar os problemas que foram apontados aqui.” Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Indicação nº 038/16. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 038/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Junto ao Ver. Delegado Cleiton, parabenizando pela iniciativa, Presidente, V. Exa. que constituiu o comitê, nós construímos, neste semestre, várias indicações para a cidade de Porto Alegre, na articulação com o Estado, para a segurança desta Cidade, indicações que não são caras, que são possíveis de se realizar só com a articulação de ações. Então votamos “sim”, e propomos a esta Casa que as organize todas juntas e que possamos ir ao Governador do Estado e ao Governo Municipal para entregá-las.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Indicação nº 038/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 19h07min.)